



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

AVISO DE LICITAÇÃO LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº. 012/2024
(Processo Licitatório nº. 029/2024)

Modo de Disputa: Aberto Participação – Licitação exclusiva para Me/Mei/Epp

O Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná, torna Público, que realizará o Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº. 012/2024, tipo: “Menor Preço por Item”. Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, a qual se dará no valor máximo de R\$ 1.258,233,60 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos), conforme especificações do Termo de Referência – **ANEXO I. As propostas serão acolhidas com início no dia 26/04/2024, às 09h00min. Fim do cadastramento das propostas no dia 09/05/2024, às 09h00min. Início da sessão de disputa de lances dia 09/05/2024, às 10h00min.** Os documentos integrantes do Edital estarão disponíveis e deverão ser retirados pelos interessados, no site [http:// www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e no site oficial do Município <http://www.saopedrodoivai.pr.gov.br> , maiores informações pelo telefone (43) 3451 1399, das 08h ao 12h das 13h:30min as 17h, ou através do e-mail: licitacao@saopedrodoivai.pr.gov.br.

São Pedro do Ivaí – Pr., 24 de Abril de 2024.

Maria Regina Della Rosa Magri
Prefeita Municipal

Maria Lucia Alves Teté
Diretora Municipal de Licitação



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº. 012/2024
(Processo Licitatório nº. 029/2024)

Modo de Disputa: Aberto Participação – Licitação exclusiva para Me/Mei/Epp

O Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 75.771.311/0001-53, através Departamento de Licitação, sediado à Rua Praça Padre José, nº. 354, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo "Menor Preço por Item", através do site www.bll.org.br, Objetivando Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, a qual se dará no valor máximo de R\$ 1.258,233,60 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos), fracionada, total ou parcial, de acordo com o Termo de Referência ANEXO I. O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. 014/2024, de 14 de fevereiro de 2024 junto à Lei Federal nº. 14.133/21 e Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

DA REGÊNCIA LEGAL

Lei Federal nº. 14.133/21;

Lei Complementar nº. 123/06;

Demais disposições contidas neste Edital.

DAS INFORMAÇÕES GERAIS

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://bll.org.br>. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- 1) coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 2) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos Anexos;
- 3) iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
- 4) receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
- 5) receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- 6) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 7) coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- 8) verificar e julgar as condições de habilitação;
- 9) conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;
- 10) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- 11) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- 12) proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
- 13) indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;
- 14) indicar o vencedor do certame;
- 15) negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- 16) elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;
- 17) encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;
- 18) propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;
- 19) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 20) inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

Da retirada do edital – As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no site <https://bll.org.br> ou no endereço eletrônico do Prefeitura: www.saopedrodoivai.pr.gov.br (licitação).

O Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante as condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às **09:00h do dia 26 de Abril de 2024.**

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **09:00h do dia 09 de Maio de 2024.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das **10:00h do dia 09 de Maio de 2024.**

LOCAL DE REALIZAÇÃO: <https://bll.org.br>

PRAZO DE RECURSO: **06 de Maio de 2024.**

LOCAL DE REALIZAÇÃO: <https://bll.org.br>

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@saopedrodoivai.pr.gov.br

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

1- DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do pregão o Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, a qual se dará no valor máximo de R\$ 1.258,233,60 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos), fracionada, total ou parcial, de acordo com o Termo de Referência ANEXO I, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será julgada por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **O modo de disputa será o aberto**, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O objeto da licitação, deverão ser entregues de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I, parceladamente, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

2.- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A contratação onerará as seguintes dotações orçamentárias: FONTE DE RECURSO: 0 – RECURSO LIVRE 05 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 05.01 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 041220021.2.014000 Manutenção Da Secretaria De Gestão E Governo. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 13 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 13.01 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 226610088.2.094000 Manutenção Da Secretaria De Indústria, Comércio E Desenvolvimento Humano. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.03 DIVISÃO DE CULTURA 133920247.2.039000 Manutenção Da Divisão De Cultura. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES 08.04 DIVISAO DE ESPORTES. 278120224.2.040000 Manutenção Da Divisão De Esportes. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 12 Secretaria do Meio Ambiente e Turismo. 12.02 Divisão de Meio Ambiente. 185410457.2.083000 Manutenção da Divisão do Meio Ambiente. 3.3.90.30.00.00.00 Material de Consumo. 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina. 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas com Gêneros Alimentícios. 3.3.90.30.21.00.00 Material de Copa e Cozinha. FONTE DE RECURSO: 103 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.02 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL. 123610188.2.033000 Manutenção Do Ensino Fundamental. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.01 DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL. 123650185.2.026000 Manutenção Dos Centros De Educação Infantil. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 938 – 19059-4 e 19679-7 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.084000 Manutenção CREAS – Centro De Referencia Especializado De Assistência Social/PAEFI 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referencia Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos – CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 940 – 21606-2 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.085000 Bloco Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 38018 – 23110-X 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização FONTE: 31022 – 19059-4 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referencia Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos – CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 351 – 22641-6 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103040428.2.043000 Manutenção da Vigilância Sanitária 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103030428.2.088000 Assistência Farmacêutica Em Geral 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103050428.2.044000 MANUT. VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 303 – 8672-X 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103010428.2.041000 Manutenção Do Sistema De Saúde Publica - Atenção Básica 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha.

3. - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento é o nível básico do registro através da BOLSA DE LICITAÇÕES ELEILÕES DO BRASIL que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na BLL, no sítio <https://bll.org.br>;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

- 1) credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
- 2) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema ou correio eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta quando classificado em primeiro lugar, e os documentos complementares;
- 3) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido dasenha, ainda que por terceiros;
- 4) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 5) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 6) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na formaeletrônica; e
- 7) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interessepróprio.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Esta licitação está aberta a todas as empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, nos seguintes termos:

apenas às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº. 128/2008 e nº. 147/2014.

4.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições do Edital e seus Anexos;

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, sendo que:

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123, de 2006, mesmo que **microempresa, empresa de pequeno porte;**

4.3.2. que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.3.3. que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos **produtos/materiais;**

4.3.4. que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.3.5. que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

4.3.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.3.9. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e no Edital.

5. - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, II da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

5.3.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação no prazo de máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação da Pregoeira, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

5.4. As **microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº. 123, de 2006.**

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

6. - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

6.1.2. marca de cada item ofertado;

6.1.3. fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - **ANEXO I**, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento de serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.1.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo do Edital.

7.5.2. Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR TOTAL DO ITEM.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**". No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

a. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

c. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, publicada no Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões Do Brasil <https://bll.org.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de **microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006.

7.16. Havendo propostas de **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item 7.16 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a **microempresa ou a empresa de pequeno porte** melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento no item 7.16 para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 2) empresas brasileiras;
- 3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.2. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e jáapresentados.

7.25. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital e em seus Anexos.

8.1.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA** e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, a Pregoeira exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas no Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

9.-DA HABILITAÇÃO

9.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação no prazo de máximo de duas horas, após a solicitação da Pregoeira, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

9.1.1. Para todos os efeitos, o não envio da documentação de habilitação no prazo mencionado no item será considerado inexecução total da Ata de Registro de Preços.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº. 123, de 2006.

9.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.5. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ/MF de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9. os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.9. Cédula de Identidade ou outro documento de identificação dos sócios/proprietários da empresa.

9.10.10. Alvará de Localização/Funcionamento – Atualizado. Caso não conste no impresso a validade do mesmo, a empresa deverá apresentar comprovante de pagamento do último exercício.

9.10.11. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município (do domicílio ou sede do licitante), renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade. Não será aceito protocolo de renovação.

9.11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.11.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.11.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

9.11.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais.

9.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.12.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Lei nº. 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.13.1. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a proponente fornecido objeto semelhante ao solicitado no Edital. O atestado devem conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador (es), ou qualquer outro meio com o qual o Município possa valer-se para manter contato com a (s) pessoa (s) declarante (s).

9.14. DEMAIS DOCUMENTOS:

9.14.1. MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA - ANEXO IV.

9.14.2. MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP - ANEXO V, apresentar juntamente **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL ou outro documento equivalente que comprove seu enquadramento sob pena de decair do direito se não o fizer.**

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte** seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. A Pregoeira, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deve ser encaminhada em arquivo editável (necessariamente nas extensões doc, docx, xls ou xlsx), para o e-mail: licitacao@saopedrodoivai.pr.gov.br

10.2. Os descontos ofertados nos lances verbais deverão ser lineares, em relação à proposta original, a todos os itens do lote, caso seja esse o julgamento.

10.3. No mesmo prazo do item 10.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (<https://bll.org.br>), sob pena de desclassificação; havendo dúvidas sobre o ajuste, o licitante deverá entrar em contato com o suporte da plataforma.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. - DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

11.1.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

12. - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade Competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório.

14. - DO PRAZO DE ENTREGA

14.1. Os **produtos/materiais** deverão ser entregues **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da “Ordem de Compra”, emitido pelo Departamento de Compras, que será efetuada via e-mail ou outro meio hábil, sem custos adicional, parceladamente, após formalização e assinaturas da **Ata de Registro de Preços**.

14.2. O recebimento dos **produtos/materiais** dar-se-á pela verificação da qualidade e quantidade solicitada e consequente aceitação pelos FISCALIS, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela Contratada, visando o controle da entrega dos **produtos/materiais**;

14.2.1 **ocorrendo divergência entre os pedidos dos FISCALIS dos produtos/materiais e o respectivo relatório de entrega dos produtos/materiais, será realizada averiguação pelos FISCALIS da Ata de Registro de Preços, com acompanhamento de funcionário da Contratada.**

14.2.2 **caberá ao município rejeitar total ou em parte, as entregas feitas em discordo com o objeto.**

14.2.3 **os fiscais da Ata de Registro de Preços deverá receber os produtos/materiais solicitados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – caso não tenha recebido a Nota Fiscal Eletrônica, deverá comunicar expressamente ao Departamento de Compras para providências.**

14.3. **É de responsabilidade dos FISCALIS da Ata de Registro de Preços atestar o recebimento dos produtos/materiais da Ata de Registro de Preços, sendo que o documento fiscal emitido quando da solicitação de pagamento pelo cumprimento parcial ou total da Ata de Registro de Preços deverá discriminar detalhadamente as quantidades dos produtos/materiais, contendo Valor Unitário e Valor Total, nos moldes do objeto registrado. Somente poderá ser encaminhado o documento fiscal para liquidação e pagamento se a mesma estiver acompanhada da planilha dos produtos/materiais, devidamente atestada pelos fiscais da Ata de Registro de Preços.**

14.4. Os itens de Carnes deverão ser transportados em veículos próprios (caminhão –baú), dotado de equipamento que mantenha a temperatura rigorosamente de acordo com a resolução, devidamente higienizados em seu interior a fim de manter a qualidade higiênico-sanitária da mercadoria, bem como a temperatura do mesmo.

14.5. Prazo de validade dos produtos: Gêneros Alimentícios não perecíveis: a validade mínima de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos, Gêneros Alimentícios perecíveis de refrigeração: as validades para iogurte são de 40 (quarenta) dias; as carnes a validade no mínimo 03 (três) meses contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos e para Leite Pasteurizado UHT: máximo 30 (trinta) dias e para os demais produtos deverão ser entregues com prazo de validade equivalente ou superior a 75% contados da data de fabricação. Exemplo: Se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, no momento da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses de validade.

15. - DO LOCAL DE ENTREGA

15.1. A Contratada ficará obrigada a entregar os **produtos/materiais** no Paço Municipal Rua Praça Padre José Rossi, nº. 354, Centro – São Pedro do Ivaí –Pr. Cep: 86.945-000, de forma parcelada, conforme cronograma com as quantidades determinadas pelos fiscais da **Ata de Registro de Preços**.

15.2. Não será admitido o fornecimento pela Contratada sem que esta esteja de posse da “Ordem de Compra” dos **produtos/materiais**, a aceitação definitiva se dará pelo responsável pela fiscalização da **Ata de Registro de Preços**, a qual atestará seu correto cumprimento.

15.3. Caso os **produtos/materiais** apresentem irregularidades, especificações incorretas, estejam fora dos padrões ou apresentem defeitos de fabricação a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**. O atraso na substituição dos **produtos/materiais** acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no Edital e na **Ata de Registro de Preços**.

15.4. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

15.5. Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, os prazos para pagamento serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei, no Edital e na **Ata de Registro de Preços**.

16.- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

16.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) O recebimento do **produtos/materiais** dar-se-á pela verificação da quantidade solicitada e consequente aceitação pelo fiscais da **Ata de Registro de Preços**, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela Contratada, visando o controle das entregas.

16.2. A detentora da **Ata de Registro de Preços** fará constar da Nota Fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da Nota de Empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

16.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega do **produtos/materiais**, o objeto poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita à Contratada.

16.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado, a fiscalização notificará por escrito a detentora da **Ata de Registro de Preços** para substituir, às suas expensas, o objeto recusado.

16.5. Independentemente da aceitação, a detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir, no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

17.- DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM SENTIDO GERAL

17.1. Poderá haver o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da **Ata de Registro de Preços** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da **Ata de Registro de Preços** tal como pactuado.

17.2. O reajuste ou pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerão de requerimento expresso dirigido pela Contratada à Administração, a qual terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para decidir, salvo se houver, fundamentadamente, necessidade de esclarecimentos posteriores junto à Contratada, quando então esse prazo poderá ser prorrogado por iguais períodos de 15 (quinze) dias corridos; salienta-se que enquanto estiver em tramitação requerimento de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, a Contratada não poderá se opor a entrega dos **produtos/materiais** durante o período da tramitação.

17.3. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

18.- DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Nos termos do art. 117, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, serão designados fiscais Jesus Soares (Administração e Meio Ambiente) / Aline Verginia Teodoro (Saúde) / Juliana Farias Moreira (Assist. Social) / Rúbia Aparecida Mastelari Ferreira (Educação) / Márcia Maria Moreli Dultra (Desenv. Humano) e os gestores Roberta Costa Della Rosa (Administração) / Bruno Cesar de Freitas Ribeiro (Saúde) / Josiane Cristina Bolognini Trindade (Assist. Social) / Ivonete Terezinha Carniato Harada (Educação) / Vanessa dos Santos (Meio Ambiente) / Noé Feijolli Bispo (Desenv. Humano) da **Ata de Registro de Preços** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos **produtos/materiais**, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

18.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos **gêneros alimentícios**, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

19.- DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATANTE

19.1. São obrigações da detentora da **Ata de Registro de Preços**:

19.1.1. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

19.1.2. Na entrega dos **produtos/materiais** serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na **Ata de Registro de Preços**, o qual será recebido e conferido pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**;

19.1.3. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

19.1.4. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá manter, durante toda a execução da **Ata de Registro de Preços**, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

19.1.5. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

19.1.6. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá entregar dos **produtos/materiais** com pontualidade, nos locais especificados, em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, em relação a qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas;

19.1.7. A detentora da **Ata de Registro de Preços** será responsável pela entrega dos **produtos/materiais**, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;

19.1.8. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá garantir a qualidade da entrega dos **produtos/materiais**, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, as entregas realizadas que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade;

19.1.9. Será por conta da detentora da **Ata de Registro de Preços** as despesas com todos os tributos incidentes, taxas, impostos, contribuições, fretes e despesas com deslocamento, para a entrega do **produtos/materiais** contratados até os locais determinados para a sua entrega;

19.1.10. É de responsabilidade da detentora da **Ata de Registro de Preços** possuir, em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

19.1.11. Todas as despesas decorrentes das entregas, contratação de pessoal e demais encargos pertinentes a entrega dos **produtos/materiais**, serão de total responsabilidade da Contratada;

19.1.12. Os **produtos/materiais** deverá ser de EXCELENTE QUALIDADE, deverá ter garantia quanto a defeitos e obedeceram às normas exigidas na fabricação e de comercialização pelas ANVISA e outros órgãos fiscalizadores;

19.1.13. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deve cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor que sejam compatíveis com o regime de direito público;

19.1.14. Caso os **produtos/materiais** apresentem irregularidades, especificações incorretas, estejam fora dos padrões ou apresentem defeitos de fabricação a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. O atraso na substituição dos **produtos/materiais** acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no Edital e na **Ata de Registro de Preços**;

19.1.15. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens resistentes e quantidades adequadas, a fim de que se evite o esmagamento;

19.1.16. Os produtos solicitados deverão ser entregues nas embalagens originais e compatíveis com o peso e normas sanitárias;

19.1.17. O transporte dos perecíveis deverá ser executado em veículos adequados de acordo com o estabelecido pela Vigilância Sanitária;

19.1.18. O transporte bem como o controle higiênico dos alimentos devem atender os itens do Código Sanitário do Paraná (Lei 13.331 de 23 de novembro de 2001) e das legislações da ANVISA e do MAPA.

19.2. São obrigações da Contratante:

19.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

19.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das entregas recebidas ou dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus Anexos, termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

19.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a entrega dos **produtos/materiais**, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;

19.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da **Ata de Registro de Preços**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. - DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado conforme entrega efetivamente realizada, conferido e aprovado pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**, tendo prazo de até 30 (trinta) dias para ser realizado o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestado pelos fiscais e gestores da **Ata de Registro de Preços**, sem qualquer forma de reajuste, sem ônus de frete, através de transferência eletrônica para conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

20.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previsto no Contrato.

20.3. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

20.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

20.5. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica, o qual deverá ser pago quando do surgimento da disponibilidade para tal.

20.6. Em havendo necessidade de substituição de Nota Fiscal por conduta comprovada da Administração, contar-se-á como marco inicial do prazo para liquidação a data de emissão do primeiro documento de cobrança, independentemente da data de emissão do documento substituto.

20.7. Caso se faça necessária a retificação de Nota Fiscal por culpa do fornecedor, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem e, em caso que seja constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a justificativa da parte que considerar indevida.

20.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

20.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.10. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua Notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante.

20.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

20.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da **Ata de Registro de Preços**, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.14. Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

20.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

20.17. A NOTA ou DOCUMENTO FISCAL deverão ser emitidas em observância às regras das Instruções Normativas da RFB Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012, Anexo I, e 2145/2023, com a devida retenção do imposto de renda na fonte, nos casos em que a Contratada não seja isenta, ou imune.

21.- DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, o licitante ou contratado que:

21.1.1. dar causa à inexecução parcial da **Ata de Registro de Preços**;

21.1.2. dar causa à inexecução parcial da **Ata de Registro de Preços** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. dar causa à inexecução total da **Ata de Registro de Preços**;

21.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. não celebrar a **Ata de Registro de Preços** ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da **Ata de Registro de Preços**;

21.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da **Ata de Registro de Preços**;

21.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 21.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez inteiros por cento) do valor, tem com base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento.

21.2.3. Após o 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto, será considerado, o atraso, como inexecução contratual, sendo total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

21.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, será aplicada multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de referência do item/lote.

21.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12, será aplicada multa de 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor de referência do item/lote.

21.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7.

21.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12.

21.2.8. A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente a Prefeita, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

21.2.9. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Administração e poderá ser cumulada com as demais sanções administrativas.

21.2.10. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta inteiros por cento).

21.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

21.2.12. A aplicação das sanções previstas no Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.2.13. As sanções serão processadas e aplicadas de acordo com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

22. - DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado a **Ata de Registro de Preços**.

22.2. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a **Ata de Registro de Preços**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

22.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para **Ata de Registro de Preços**, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do licitante vencedor, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.4. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

22.5. O prazo previsto nos subitens 22.2 e 22.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pela Administração.

22.6. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao licitante vencedor, implica no reconhecimento de que:

22.6.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

22.6.2. a Contratada se vincula a sua proposta e às previsões contidas no edital e seus Anexos;

22.7. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas previstas em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

22.8. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar a **Ata de Registro de Preços**, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da **Ata de Registro de Preços** nas condições propostas pelo licitante vencedor.

22.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

22.9.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

22.9.2. adjudicar e celebrar a **Ata de Registro de Preços** nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.10. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a **Ata de Registro de Preços** ou em aceitar ou retirar a **Ata de Registro de Preços** no prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas para essa situação e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

22.11. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item

22.12. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

23. - DO COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

23.1. Os servidores da Administração e a detentora da **Ata de Registro de Preços** devem e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

23.2. Para os propósitos do Item 13.1, definem-se as seguintes práticas:

I - "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da **Ata de Registro de Preços**;

II - "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV - "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da **Ata de Registro de Preços**;

V - “prática obstrutiva”:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática de fraude e de corrupção;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de a Administração promover inspeção.

23.3. A Administração imporá sanção sobre a detentora da **Ata de Registro de Preços** ou pessoa física se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução da **Ata de Registro de Preços**.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Qualquer pessoa poderá para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

24.2. A impugnação DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://bll.org.br>.

24.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na mesma plataforma no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

24.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

24.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a ata no sistema eletrônico.

25.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente no <https://bll.org.br>, conforme art. 17, §4º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

25.3. Todos as comunicações serão formalizadas através do Sistema de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) - <https://bll.org.br>.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

25.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.7. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à Contratação.

25.8. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

25.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.13. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.13.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

25.15. A autoridade máxima da Administração poderá revogar este pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

25.15.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

25.15.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

25.16. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.16.1. Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão nº 1211/2021-Plenário, não é considerado documento novo o documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela Pregoeira.

25.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://bll.org.br>, www.saopedrodoivai.pr.gov.br e também poderão ser solicitados no e-mail: licitacao@saopedrodoivai.pr.gov.br.

22.18. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Modelo Proposta Comercial;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V – Modelo Declaração de Enquadramento de ME/EPP.

São Pedro do Ivaí – Pr., 24 de Abril de 2024.

**Maria Regina Della Rosa Magri
Prefeita Municipal**

**Maria Lucia Alves Teté
Diretora Municipal de Licitação**



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2024
(Processo Licitatório nº. 029/2024)

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1- objeto

1.1 O presente Termo de Referência é documento integrante de processo deflagrado para instauração de procedimento licitatório cujo objeto é o Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchietá), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, fracionada, total ou parcial, de acordo com o Termo de Referência Anexo I, conforme abaixo:

ITEM	QTD.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. MÁXIMO UNIT. (R\$)	V. MÁXIMO TOTAL (R\$)	EXCLUSIVO
1	375	KG	ABACAXI - TER ATINGIDO O ESTAGIO DE DESENVOLVIMENTO CARACTERISTICO DA VARIEDADE; COM PESO UNITARIO ENTRE 1.200 A 1.500G, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADE; INSETOS E SUJIDADES, EMBALAGEM PLASTICA, ATOXICA E RESISTENTE.	5,64	2.115,00	ME/MEI/EPP
2	400	KG	ABOBRINHA TIPO VERDE, ISENTAS DE PARTES LESIONADAS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS; COM CASCA INTEGRA E FIRMA, GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO	5,24	2.096,00	ME/MEI/EPP
3	340	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ- ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ, SEM GORDURA TRANS , SACHES DE 01 KG - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	10,57	3.593,80	ME/MEI/EPP
4	960	PCT	ACÚCAR CRISTAL, BRANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 KG (CINCO QUILOS),COM TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO PRODUTO, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NOS PACOTES INDIVIDUAIS.	18,09	17.366,40	ME/MEI/EPP
5	20	UNIDADE	ADOÇANTE LÍQUIDO 100 ML.	3,70	74,00	ME/MEI/EPP
6	35	KG	ALHO BRANCO Nº 5 COM CABEÇA INTEIRA, DENTES GRANDES E UNIFORMES, FIRMES COM BRILHO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	25,89	906,15	ME/MEI/EPP
7	100	PCT	AMENDOIM CRU TIPO 01 CONTENDO 80% DE GRÃOS INTEIROS, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS - EMBALAGEM DE 500G.	7,46	746,00	ME/MEI/EPP
8	50	UNIDADE	AMIDO DE MILHO – PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANCOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, DEVERÃO PRODUIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. UMIDADE MÁXIMA 14%P/P, ACIDEZ 2,5%P/P, MÍNIMO DE AMIDO 84%P/P E RESÍDUO MINERAL FIXO 0,2%P/P. - EMBALAGEM DE 1KG.	5,33	266,50	ME/MEI/EPP
9	200	PCT	ARROZ TIPO 1, SEM GLÚTEM , CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE E COM VALOR NUTRICIONAL NA PORÇÃO DE 50G CONTENDO NO MÍNIMO DE 37G DE CARBOIDRATOS, 4G DE PROTEÍNAS E 0 DE GORDURAS TOTAIS. COM RENDIMENTO APÓS O COZIMENTO DE NO MÍNIMO 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO, DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA,GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS COZIMENTO. – EMB. 5 KG	27,49	5.498,00	ME/MEI/EPP
10	195	UNIDADE	ATUM RALADO COM ÓLEO COMESTÍVEL,COMPOSIÇÃO: ATUM, ÓLEO DE SOJA. ÁGUA, CALDO VEGETAL,E SAL. O PRODUTO NÃO DEVERÁ ULTRAPASSAR 2 % DE ÓLEO, 2 % ÁGUA, 1 % DE SAL, E 0,5% DE CALDO VEGETAL. CARACTERÍSTICAS GERAIS:A CARNE DEVERÁ APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITOS, SUJIDADES E LARVAS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIE QUALQUER ALTERAÇÃO ORGANOLÉPTICAS. ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, SEM MANCHAS ESVERDEADAS OU PARDACENTAS. ODOR, PRÓPRIO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: POUCH DE FILME LAMINADO DE POLIÉSTER, ALUMÍNIO, NYLON E POLIPROPILENO, COM GRAMATURA 130G/M², SOLDA DE 10MM, PESO LÍQUIDO:500G.EMBALAGEM SECUNDEÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO FECHADA COM FITA,ADESIVA.NA EMBALAGEM DO PRODUTO	6,67	1.300,65	ME/MEI/EPP
11	30	CX	AVEIA EM FLOCOS FINOS ISENTA DE SUBJADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 15% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS APROPRIADOS, FECHADOS EM EMBALAGENS DE 500G. HERMETICAMENTE VEDADO E RESISTENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	7,51	225,30	ME/MEI/EPP
12	650	PCT	BALA MASTIGÁVEL DE CONSISTÊNCIA MACIA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, DEVERÁ APRESENTAR ODOR E SABOR AGRADÁVEIS, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PRESENÇAS DE IMPUREZAS E COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM INTACTA DE 600 GR	8,98	5.837,00	ME/MEI/EPP
13	400	KG	BANANA NÂNICA, TER ATINGIDO O GRAU MAXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPECIE E VARIEDADE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES; ISENTA DE INSETOS E SUJIDADES, FORMA DE ENTREGA: CAIXA COM 18 KG.	5,42	2.168,00	ME/MEI/EPP
14	300	KG	BATATA INGLESA LISA, FIRME SEM MANCHAS ESVERDEADAS E LIVRE DE BROTO, DEVERÁ TER ATINGIDO O GRAU MAXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPECIE E VARIEDADE.	5,16	1.548,00	ME/MEI/EPP
15	100	KG	BETERRABA SEM FOLHAS, ESPECIAL APRESENTAR CASCA LISA, FIRME E SEM RACHADURAS, APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE TAMANHO AROMA E COR DA ESPECIE E VARIEDADE.	5,96	596,00	ME/MEI/EPP
16	310	PCT	BISCOITO CREAM CRACKER COM GERGELIM O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO,COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM PRIMÁRIA (PROTETORA) DEVE REVESTIR 400 G DE BISCOITO. A EMBALAGEM SECUNDEÁRIA DEVE SER DE PAPELÃO REFORÇADO.PRAZO DE VALIDADE: 8 MESES.	4,57	1.416,70	ME/MEI/EPP
17	530	PCT	BISCOITO DOCE, TIPO RECHEADO, DIVERSOS SABORES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL COM NO MÍNIMO 130 G	3,02	1.600,60	ME/MEI/EPP
18	315	PCT	BOLACHA MAISENA - DEVERÁ SER FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, NÃO DEVEM ESTAR MAL ASSADAS OU COM CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, LACRADO, CONTENDO 400G. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 10 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	3,47	1.093,05	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

19	350	PCT	BOLINHA DE QUEIJO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE EM PÓ, MUSSARELA, REQUEIJÃO, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL E ORÉGANO. PESO APROXIMADO DE 40 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	37,00	12.950,00	ME/MEI/EPP
20	670	PCT	BOMBOM RECHEADO COBERTO CAMADA DE CHOCOLATE AO LEITE. INGREDIENTES: AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, MASSA DE CACAU, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AMENDOIM, SORO DE LEITE EM PÓ, GORDURA VEGETAL, FARINHA DE SOJA, MANTEIGA DE CACAU, CASTANHA DE CAJU, LEITE EM PÓ INTEGRAL, GORDURA DE MANTEIGA DESIDRATADA, SAL, ÓLEO VEGETAL, CACAU, LEITE EM PÓ DESNATADO, EXTRATO DE MALTE, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA E POLIGLICEROL POLIRRICINOLEATO, FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO E AROMATIZANTE. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: PRODUZIDO EM EQUIPAMENTO QUE PROCESSA AMÊNDOA E AVELÁ. CONTÉM: TRIGO, LEITE, SOJA E CASTANHA DE CAJU. CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM PACOTE COM 1 KG.	52,13	34.927,10	ME/MEI/EPP
21	3625	PCT	CAFÉ EM PÓ OBTIDO DE GRÃOS SADIOS, COLORAÇÃO HOMOGÊNEA, ODOR CARACTERÍSTICOS EMBALAGEM DE 500 GR. COM SELO DE PUREZA ABIC - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	14,67	53.178,75	ME/MEI/EPP
22	35	PCT	CANJIQUELHA DE MILHO AMARELA FINA EMBALAGEM CONTENDO 1 KG, DEVENDO APRESENTAR NA EMBALAGEM O PESO LÍQUIDO, AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	3,87	135,45	ME/MEI/EPP
23	130	UNIDADE	CATCHUP SABOR SUAVE, COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE TOMATES, COMPOSTOS: TOMATES, AÇÚCAR, VINAGRE, GLICOSE, SAL, ESPESANTE GOMA XANTANA E PECTINA, ESTABILIZANTE CLORETO DE CÁLCIO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400 GR	6,25	812,50	ME/MEI/EPP
24	100	KG	CEBOLA EXTRA, AMARELA, NACIONAL LIMPA, FIRME DE COR BRILHANTE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	7,29	729,00	ME/MEI/EPP
25	110	KG	CENOURA VERMELHA, CLASSE MEDIA, TIPO ESPECIAL; CARACTERÍSTICAS DE CULTIVAR BEM DEFINIDAS; LISA; DE COR LARANJA VIVO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	5,37	590,70	ME/MEI/EPP
26	1110	CX	CHÁ DE ERVA MATE QUEIMADO, CAIXA COM 250 GRS, ERVA MATE QUEIMADO DE FOLHAS NOVAS, DE ESPÉCIE VEGETAIS GENUINOS LEGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E LARVAS. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	3,73	4.140,30	ME/MEI/EPP
27	575	PCT	COCO RALADO SECO SEM AÇÚCAR. DEVERÁ SER ELABORADO COM ENDOSPERMA PROCEDENTE DE FRUTOS SÃOS E MADUROS NÃO PODERÁ APRESENTAR CHEIRO ALTERADO OU RANÇOSO, COM ASPECTOS DE FRAGMENTOS SOLTOS E DE COR BRANCA. PARCIALMENTE DESENGORDURADO COM TEOR EM 100G.	4,72	2.714,00	ME/MEI/EPP
28	25	PCT	COLORAL O COLORÍFICO DEVE SER CONSTITUÍDO DE MATÉRIA PRIMA SÃS E LIMPAS, APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO. CONTENDO NO MÁXIMO 10% DE SAL, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES. DEVERÁ CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO. EMBALAGEM DE 500 GRS.	6,91	172,75	ME/MEI/EPP
29	330	PCT	COXINHA DE CARNE CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE, CARNE BOVINA, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL, TOMATE, COLORAU, ÓLEO, TEMPERO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	36,00	11.880,00	ME/MEI/EPP
30	280	PCT	COXINHA DE FRANGO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE, PEITO DE FRANGO, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL, TOMATE, COLORAU, ÓLEO, TEMPERO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	34,00	9.520,00	ME/MEI/EPP
31	600	UNIDADE	CREME DE LEITE DE NO MÍNIMO 200 GRS. APRESENTANDO TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMA DE 25%, COM VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; EMBALADO EM CAIXA CARTONADA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA; E SUA POSTERIORES ALTERAÇÕES.	3,22	1.932,00	ME/MEI/EPP
32	330	UNIDADE	DOCE DE LEITE PASTOSO, DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O LEITE EMPREGADO DEVERÁ APRESENTAR-SE NORMAL E FRESCO. NO PREPARO DO PRODUTO, O LEITE DEVE ENTRAR NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE TRÊS PARTES DE LEITE PARA UMA DE AÇÚCAR. NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. EMBALAGEM DE 350 A 400 G.	6,83	2.253,90	ME/MEI/EPP
33	60	PO	EMULSIFICANTE PARA BOLO, INGREDIENTES: ÁGUA, MONODIGLICÉRIDES, MONOLEATO DE SORBITANA, SORBATO DE POTÁSSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: NÃO CONTÉM. PESO MÍNIMO 850 GR	33,26	1.995,60	ME/MEI/EPP
34	230	PCT.	ENROLADINHO DE SALSICHA ASSADO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, SALSICHA, REQUEIJÃO, AÇÚCAR CRISTAL BRANCO, MARGARINA, OVOS, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, ORÉGANO, SORBATO DE POTÁSSIO E ÁGUA. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	43,36	9.972,80	ME/MEI/EPP
35	330	PCT.	ESFIHA DE CARNE ASSADO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, ÁGUA, OVOS, ÓLEO, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, ORÉGANO, CARNE BOVINA. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	48,03	15.849,90	ME/MEI/EPP
36	330	PCT.	ESFIHA DE FRANGO ASSADO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, ÁGUA, OVOS, ÓLEO, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, ORÉGANO, PEITO DE FRANGO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	48,03	15.849,90	ME/MEI/EPP
37	45	LA	ERVILHA VERDE EM CONSERVA EM LATA, PRODUTO PREPARADO COM AS ERVILHAS PREVIAMENTE DEBULHADAS, ENVAZADAS PRATICAMENTE CRUAS, REIDRATADAS OU PRÉ-COZIDAS IMERSAS OU NÃO EM LÍQUIDO DE COBERTURA ADEQUADA SUBMETIDA A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO ANTES OU DEPOIS DE HERMETICAMENTE FECHADOS, OS RECIPIENTES UTILIZADOS A FIM DE EVITAR A SUA ALTERAÇÃO. EMBALAGEM DE 2 KG.	24,48	1.101,60	ME/MEI/EPP
38	170	LA	EXTRATO DE TOMATE 850 GRAMAS. CONCENTRADO, SEM PELE OU SEMENTES, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, COM CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, EM LATA, NÃO PODENDO ESTAR AMASSADA OU ENFERRUHADA COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	8,88	1.509,60	ME/MEI/EPP
39	30	UNIDADE	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, FINA SECA, EMBALAGEM CONTENDO 01 KG, DEVENDO APRESENTAR NA EMBALAGEM O PESO LÍQUIDO, AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E O PRAZO DE VALIDADE.	5,60	168,00	ME/MEI/EPP
40	30	PCT	FARINHA DE MILHO AMARELA, PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14%P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2%P/P, COM NO MÍNIMO DE 6%P/P DE PROTEÍNA - EMB. 1KG.	3,48	104,40	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

41	190	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO DESGERMINADO, SÃOS E LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA OU LIGEIRAMENTE AMARELADA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM 5KG.	15,85	3.011,50	ME/MEI/EPP
42	170	PCT	FARINHA PARA QUIBE INTEGRAL, QUEBRADO E TORRADO; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; LIVRE DE LIVRE DE MOFO E MATERIAIS TERROSOS; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	3,68	625,60	ME/MEI/EPP
43	300	PCT	FELJÃO CARIOCA TIPO 1, CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO DE 90% A 98% DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS, NA COR CARACTERÍSTICA A VARIEDADE CORRESPONDENTE DE TAMANHO E FORMATOS NATURAIS MADUROS, LIMPOS E SECOS, NA COMPOSIÇÃO CENTESIMAL DE 22G DE PROTEÍNA, 1,6G DE LÍPIDIOS E 60,8G DE CARBOIDRATOS - EMB. 1KG, SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	6,48	1.944,00	ME/MEI/EPP
44	140	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO, EMBALAGEM DE 500G. INGREDIENTES: SACCAROMYCES CEREVISIA.	21,60	3.024,00	ME/MEI/EPP
45	650	PCT	FERMENTO BIOLOGICO SECO SACHE 10G PARA MASSA PRODUTO DEVE SE APRESENTAR BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM AUSÊNCIA DE QUALQUER CARACTERÍSTICA QUE NÃO SEJA INERENTE AO PRODUTO. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E LIVRES DE SUJIDADES.	1,50	975,00	ME/MEI/EPP
46	415	LT	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - PRODUTO FORMADO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE POR INFLUÊNCIA DO CALOR E/OU UMIDADE PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORADAS COM FARINHAS, AMIDOS OU FÉCULAS, AUMENTANDO-LHES O VOLUME E A POROSIDADE. CONTENDO NO INGREDIENTE BICARBONATO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO E FOSFATO MONOCÁLCICO - EMBALAGEM 250G	3,28	1.361,20	ME/MEI/EPP
47	50	PCT	FUBÁ MIMOSO DE MILHO, PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDOS OU RANÇOSOS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 15%P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 5%P/P, COM NO MÍNIMO DE 7%P/P DE PROTEÍNA. COM O RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCCÃO. - EMB. 01 KG	3,12	156,00	ME/MEI/EPP
48	290	PCT	GELATINA EM PÓ PRODUTO CONSTITUÍDO DE GELATINA COMESTÍVEL EM PÓ, SAL, AÇÚCAR, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES ARTIFICIAL DE CORANTES ARTIFICIAIS VERMELHO BORDEAUX-S E AMARELO CREPÚSCULO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO DE 15,4G DE GELATINA PREPARADA: 13G DE CARBOIDRATO, 1G DE PROTEÍNA, 0G DE GORDURAS TOTAIS - BEM. VÁRIOS SABORES EMBALAGEM DE 1KG.	14,76	4.280,40	ME/MEI/EPP
49	130	UNIDADE	GOIABADA A BASE DE: POLPA DE GOIABA / AÇÚCAR / ÁCIDO FOSFÓRICO / PECTINA. EMBALAGEM DE 300 GR.	5,33	692,90	ME/MEI/EPP
50	250	BDJ	IOGURT COM 6 UNIDADE DE 90 GRS. SABORES MORANGO E COCO ELABORADO A PARTIR DO LEITE, AÇÚCAR, FERMENTO LACTEOS, POLPA DE FRUTAS, ESTABILIZANTE, ACIDULANTE, CONSERVANTE, CONSERVADO ENTRE 1 A 10 GRAUS CENTIGRADOS, VALIDADE MÍNIMA DE 24 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM SELO INSPEÇÃO DO ORGÃO COMPETENTE DEVENDO APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DO FORNECEDOR, NOME DO PRODUTO, PESO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E SELO DE INSPEÇÃO SANITARIA.	8,24	2.060,00	ME/MEI/EPP
51	230	PCT.	KIBE COM CARNE, SALGADO CONGELADO, PRODUZIDO COM TRIGO PARA KIBE, CARNE BOVINA, CEBOLA E HORTELÃ, PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATOXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	35,67	8.204,10	ME/MEI/EPP
52	590	KG	LARANJA PERA, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, ISENTA DE INSETOS E SUJIDADES.	3,62	2.135,80	ME/MEI/EPP
53	730	LA	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM DE 395 GRS, LATA NÃO PODENDO ESTAR AMASSADA OU ENFERRUJADA COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	5,57	4.066,10	ME/MEI/EPP
54	304	PCT	LEITE DE VACA INTEGRAL EM PÓ, EMBALAGEM ALUMINIZADA PACT 400 GRS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, VALIDADE DE 1 ANO. INGREDIENTES: SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	11,81	3.590,24	ME/MEI/EPP
55	260	CX	LEITE INTEGRAL - EMBALAGEM CAIXA COM 12 L LEITE DE VACA, SEM ADULTERAÇÕES, INTEGRAL, COM MÍNIMO DE 3% DE GORDURA OU TEOR ORIGINAL, LÍQUIDO, COR BRANCA, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM LONGA VIDA UHT/ UAT (ULTRA ALTA TEMPERATURA), EM CAIXA CARTONADA, DE 1 LITRO, VALIDADE ATÉ 4 MESES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO.	54,00	14.040,00	ME/MEI/EPP
56	740	KG	MAÇA FUJI NACIONAL, FRESCA, APRESENTANDO TAMANHO, COR CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA ÍNTEGRA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	7,78	5.757,20	ME/MEI/EPP
57	300	UNIDADE	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS, DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS, COM O MÍNIMO CORRESPONDENTE A 0,045G DE COLESTEROL POR QUILO. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVERÃO TURVÁ-LAS ANTES DA COCCÃO, NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADAS OU RANÇOSAS. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCCÃO, EMB. 500 GRS.	5,22	1.566,00	ME/MEI/EPP
58	350	PO	MAIONESE EMULSÃO CREMOSAS, OBTIDAS COM OVOS E ÓLEO VEGETAL, COM ADIÇÃO DE CONDIMENTOS, SUBSTÂNCIAS COMESTÍVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 473 GRS.	4,55	1.592,50	ME/MEI/EPP
59	440	PT	MARGARINA VEGETAL, MARGARINA C/ SAL COM 60% A 80% DE LÍPIDIOS. APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS - EMBALAGEM DE 500 GRS.	5,14	2.261,60	ME/MEI/EPP
60	750	KG	MELÂNCIA REDONDA, TAMANHO MEDIO, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE; COM PESO UNITARIO ENTRE 8 E 10 KG, ESTAR LIVRE ENFERMIDADES; ISENTA DE INSETOS E SUJIDADES.	3,38	2.535,00	ME/MEI/EPP
61	640	KG	MELÃO REDONDO, TAMANHO MEDIO, TER ATINGIDO O GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE E VARIEDADE; COM PESO UNITARIO ENTRE 2 E 3 KG, ESTAR LIVRE ENFERMIDADES; ISENTA DE INSETOS E SUJIDADES.	5,53	3.539,20	ME/MEI/EPP
62	130	UNIDADE	MILHO CANJICA, MILHO BRANCO TIPO 1, CONTENDO 80% DE GRÃOS INTEIROS, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE - EMB. 500G.	4,88	634,40	ME/MEI/EPP
63	50	LA	MILHO VERDE EM CONSERVA, SIMPLES, INTEIRO, IMERSO EM LÍQUIDO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LÍQUIDO O PRODUTO DRENADO, EMBALAGEM DE 2 KG.	28,25	1.412,50	ME/MEI/EPP
64	420	PCT	MISTURA PARA BOLO SABOR ABACAXI 400 GRS, DEVENDO CONTER EM SUA FORMULAÇÃO: FARINHAS OU AMIDO, AÇÚCAR, LEITE, OVOS E GORDURA. PODERÁ CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO, AS QUAIS DEVEM SER CITADAS. DEVERÁ SER DE FÁCIL PREPARO PELA ADIÇÃO DE ÁGUA E	4,61	1.936,20	ME/MEI/EPP

			COZIMENTO RÁPIDO; COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS; ACONDICIONADO EM SACO ATÓXICO, LACRADO E ROTULADO			
65	30	UNIDADE	ÓLEO DE GIRASSOL DE 900 G	11,15	334,50	ME/MEI/EPP
66	680	LT	ÓLEO DE SOJA REFINADO TIPO 1, 100% NATURAL; COMESTÍVEL; EXTRATO REFINADO; LIMPO A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO.DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PESO LÍQUIDO 900ML.	5,89	4.005,20	ME/MEI/EPP
67	120	PCT	OREGANO DEVERÁ SER CONSTITUÍDO POR FOLHAS DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS, SÂS, LIMPAS E SECAS, ASPECTO FOLHA OVALADA SECA, COR VERDE PARDACENTA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. - EMBALAGEM 100 GRS.	6,03	723,60	ME/MEI/EPP
68	420	DZ	OVOS TIPO EXTRA, CLASSE A, BRANCO, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E E PRAZO DE VALIDADE, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E OU MINISTÉRIO DA SAÚDE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO.	9,53	4.002,60	ME/MEI/EPP
69	300	PCT	PÃO DE FORMA INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, GLÚTEN DE TRIGO, SAL IODADO, FÉCULA DE MANDIOCA, FERMENTO BIOLÓGICO, *FRUTOSE, FARINHA DE MALTE DE TRIGO, EXTRATO DE MALTE DE CEVADA, FARINHA DE MALTE TORRADO. CONSERVANTE: PROPIONATO DE CÁLCIO; EMULSIFICANTES: ÉSTERES DE MONO E DIGLICÉRIDES DE ÁCIDO GRAXOS COM ÁCIDO DIACETIL TARTÁRICO, POLISORBATO 80; AGENTES DE TRATAMENTO DE FARINHA: FOSFATO MONOCÁLCIO, AZODICARBONAMIDA; ANTIOXIDANTE: ÁCIDO ASCÓRBICO; ESPESANTE: CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA. EMBALAGEM DE 500 GR.	7,10	2.130,00	ME/MEI/EPP
70	300	PCT	PÃO DE FORMA TIPO CASEIRO - PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS. SEM USO DE CONSERVANTES OU OUTROS ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL. EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE E INCOLOR, ISENTO DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM DE 500 GR DEVERÁ DECLARAR O NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO E DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INGREDIENTE E/OU AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	7,30	2.190,00	ME/MEI/EPP
71	950	PCT	PÃO DE QUEIJO CONGELADO: ISENTO DE PARASITAS, MOFOS OU QUALQUER OUTRA SUJIDADE QUE COMPROMETA A QUALIDADE NUTRICIONAL DO PRODUTO. COM ALVARÁ SANITÁRIO. DE ACORDO COM AS DICAS DE PREPARO O PRODUTO DEVE APRESENTAR COR, SABOR, CHEIRO CARACTERÍSTICOS E AGRADÁVEIS. INGREDIENTES: POLVILHO DOCE, POLVILHO AZEDO, OVOS, QUEIJO, ÓLEO, SAL, ÁGUA, CORANTE ARTIFICIAL: AMARELO CREPÚSCULO. NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 1KG. SERÁ SOLICITADO AMOSTRA	25,67	24.386,50	ME/MEI/EPP
72	250	PCT	PÃO TIPO FRANCÊS CONGELADO. INGREDIENTES OBRIGATÓRIOS: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, SAL E FERMENTO BIOLÓGICO, PODENDO CONTER OUTROS INGREDIENTES QUE O CARACTERIZE, DESDE QUE PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO. SERÁ TOLERADO O USO DE ADITIVOS DESDE QUE: SEJA INDISPENSÁVEL À ADEQUADA TECNOLOGIA DE FABRICAÇÃO; TENHA SIDO PREVIAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; SEJA EMPREGADO NA QUANTIDADE ESTRITAMENTE NECESSÁRIA À OBTENÇÃO DO EFEITO DESEJADO, RESPEITADO O LIMITE MÁXIMO QUE VIER A SER FIXADO. OS PÃES DEVEM SER MODELADOS E UNIFORMES COM PESO DE 50G (TAMANHO NORMAL), SENDO TOLERADA A VARIAÇÃO DE 10% PARA MAIS OU PARA MENOS. O TEMPO MÁXIMO PARA DESCONGELAMENTO E DESCANSO DOS PÃES NÃO DEVE SER MAIOR QUE 06 HORAS.PESO DA EMBALAGEM: ENTRE 2 A 10 KG.	20,17	5.042,50	ME/MEI/EPP
73	100	KG	PEPINO, FIRME, IN NATURA, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	5,70	570,00	ME/MEI/EPP
74	57	PCT	PIMENTA DO REINO MOÍDA, CONTENDO NO MÍNIMO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	15,58	888,06	ME/MEI/EPP
75	1200	PCT	PIPOCA, COM MATÉRIAS PRIMAS SÂS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE - EMB. 500G	3,66	4.392,00	ME/MEI/EPP
76	2000	PCT	PIPOCA DOCE: INGREDIENTES: MILHO E AÇÚCAR. INFORMAÇÃO NUTRICIONAL:PORÇÃO DE 15G, VALOR CALÓRICO 197 KCAL,CARBOIDRATOS 47G,PROTEÍNAS 1G, GORDURAS TOTAIS 0,9G,GORDURAS SATURADAS 0G,GORDURAS TRANS 0,5G,FIBRA ALIMENTAR 0,4G, SÓDIO 1,3MG. CADA UNIDADE CONTEM 15G E EMBALAGEM CONTEM 50 UNIDADES. EMBALAGEM CONTEM 50 UNIDADES.	22,34	44.680,00	ME/MEI/EPP
77	575	PCT	PIRULITO O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, DEVERÁ APRESENTAR ODORE E SABOR AGRADÁVEIS, CONSISTÊNCIA FIRME. NÃO DEVERÁ APRESENTAR PRESENCAS DE IMPUREZAS E COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM COM 500 GRS.	8,01	4.605,75	ME/MEI/EPP
78	800	UNIDADE	POLPA INTEGRAL DE FRUTA DE 01 KG CONGELADA,100% CONGELADA, SABORES: UVA, MARACUJÁ, ACEROLA, GOIABA, ABACAXI E MORANGO.	21,13	16.904,00	ME/MEI/EPP
79	50	PCT	POLVILHO DOCE NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM 500G	7,13	356,50	ME/MEI/EPP
80	50	PCT	POLVILHO AZEDO NÃO CONTEM GLÚTEN. EMBALAGEM 500G	5,24	262,00	ME/MEI/EPP
81	500	PCT	QUEIJO RALADO.PARMESÃO, RALADO; EMBALADO EM PLÁSTICO APROPRIADO, INVOLÁVEL, EMBALAGEM DE 50 GRS.	4,73	2.365,00	ME/MEI/EPP
82	1645	UNIDADE	REFRIGERANTES DE GUARANA, EMBALAGEM DE 2,0 LITROS SERÁ SOLICITADO AMOSTRA	5,56	9.146,20	ME/MEI/EPP
83	1875	UNIDADE	REFRIGERANTES DE COLA, EMBALAGEM DE 2,0 LITROS SERÁ SOLICITADO AMOSTRA	9,74	18.262,50	ME/MEI/EPP
84	7200	UNIDADE	REFRIGERANTE: INGREDIENTES: ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA E CAFEÍNA, BEBIDA NÃO ALCOÓLICA. EMBALAGEM CONTENDO 200ML.	1,94	13.968,00	ME/MEI/EPP
85	7400	UNIDADE	REFRIGERANTE: COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANA, ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, SENDO PERMITIDO 0,02G A 0,2 G DE EXTRATO DE SEMENTE DE GUARANA, ISENTOS DE CORANTES BEBIDA NÃO ALCOÓLICA. EMBALAGEM CONTENDO 200ML.	1,94	14.356,00	ME/MEI/EPP
86	200	KG	REPOLHO - FOLHAS VERDES E VISCOSAS, ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	4,14	828,00	ME/MEI/EPP
87	385	PT	REQUEIJÃO TRADICIONAL CREMOSO - MASSA COALHADA (LEITE DESNATADO E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO INS 330, MANTEIGA, MISTURA ESTABILIZANTE PARA REQUEIJÃO CREMOSO). NÃO CONTEM GLÚTEN, EMBALADO EM COPO DE 240 ML.	8,05	3.099,25	ME/MEI/EPP
88	230	PCT.	RISOLES DE CARNE CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE, CARNE BOVINA, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL, TOMATE, COLORAU, ÓLEO, TEMPERO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	36,00	8.280,00	ME/MEI/EPP
89	230	PCT.	RISOLES DE FRANGO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE, PEITO DE FRANGO, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL, TOMATE, COLORAU, ÓLEO, TEMPERO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	34,00	7.820,00	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

90	230	PCT.	RISOLES DE PRESUNTO E QUEIJO CONGELADO, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, LEITE, PRESUNTO, MUSSARELA, MARGARINA, FARINHA DE ROSCA, CALDO DE GALINHA, SAL, TOMATE, COLORAU, ÓLEO, TEMPERO. PESO APROXIMADO DE 25 GRAMAS CADA SALGADO. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATOXICA COM NOME DO PRODUTO, DATA DE FAB/VAL, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL NA PORÇÃO. EMBALAGEM DE 1 KG.	34,00	7.820,00	ME/MEI/EPP
91	50	PCT	SAL AMONIACO, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, PACOTE DE NO MÍNIMO 50 G, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS.	3,62	181,00	ME/MEI/EPP
92	50	PCT	SAL REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, COM NO MÍNIMO DE 98,5% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10MG E MÁXIMO DE 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA, EMB. 1KG	1,85	92,50	ME/MEI/EPP
93	70	UNIDADE	SHOYU GRANDE EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 500 ML. A BASE DE ÁGUA, SAL, SOJA, MILHO, AÇÚCAR, CORANTE AMARELO E CONSERVADOR: SORBATO DE POTÁSSIO.	11,49	804,30	ME/MEI/EPP
94	270	PCT	SUCO EM PÓ PRODUTO A BASE DE AÇÚCAR, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMA NATURAL DE FRUTAS, AGENTE TEMPONANTE E CORANTES ARTIFICIAIS. VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM DE 400 GRS. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	7,53	2.033,10	ME/MEI/EPP
95	150	KG	TOMATE EM NATURA - TIPO SALADA, LISO, FIRME, DE COR UM IFORME SEM MACHAS OU RACHADURAS; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	7,82	1.173,00	ME/MEI/EPP
96	330	PCT	TORRADA INTEGRAL EM EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 140 G	4,18	1.379,40	ME/MEI/EPP
97	110	KG	VAGEM FRESCA DE 1ª QUALIDADE, FIRME, ENTACTA - ISENTO DE FUNGOS E SUJIDADE	13,93	1.532,30	ME/MEI/EPP
98	80	UNIDADE	VINAGRE DE ALCOOL 750 ML	1,76	140,80	ME/MEI/EPP
99	530	KG	PRESUNTO FATIADO COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PROPRIOS, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SOB INSPEÇÃO VETERINARIA E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (SIF) OU NO INSTITUTO DE AGROPECUARIA. EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, ATÓXICA, FECHADA Á VÁCUO, CONTENDO PESO, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO (SIM, SIP ou SIF). A ENTREGA DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO.	27,63	14.643,90	ME/MEI/EPP
100	200	KG	CARNE BOVINA CORTE PARA BIFE EM CONDIÇÕES HIGIENICAS, PROVENIENTES DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINARIA E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (SIF) OU NO INSTITUTO DE AGROPECUARIA.	25,62	5.124,00	ME/MEI/EPP
101	480	KG	CARNE MOÍDA IN NATURA SEM TEMPERO E FRESCA, MANIPULADO EM CODIÇÕES HIGIENICAS ADEQUADAS, PROVENIENTE DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINARIA E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PERCUARIA E ABASTEIMENTO (SIF) OU NO INSTITUTO DE AGROPECUARIA.	24,63	11.822,40	ME/MEI/EPP
102	300	KG	CARNE SUÍNA PERNIL SEM PELE SEM OSSO CORTADO EM CUBOS - SEM GORDURAS APARENTE, SADIO, CONGELADO, APRESENTANDO COR E ODOR CARACTERÍSTICO. ISENTO DE: VESTÍGIO DE DESCONGELAMENTO, COR ESVERDEADA, ODOR FORTE DESAGRADÁVEL, PARASITAS, SUJIDADES, LARVAS E QUALQUER SUBSTÂNCIA, CONTAMINANTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICA, RESISTENTE, PESO LÍQUIDO DE 1 kg, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA, PESO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VALIDADE. AS EMBALAGENS DEVEM ESTAR ÍNTEGRAS (LACRADAS), SEM ÁGUA OU GELO E SEM RACHADURAS OU FUROS. ENTREGA SOB REFRIGERAÇÃO ATÉ 10°C, SEGURIDADE	14,66	4.398,00	ME/MEI/EPP
103	700	KG	COXAS E SOBRECOXAS, SEM TEMPERO, ARMAZENADO EM EMBALAGEM PLASTICA E CONGELADO A (-10°C A 8°C),	10,06	7.042,00	ME/MEI/EPP
104	400	KG	FRANGO RESFRIADO CONGELADO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATOXICO RESISTENTE.	10,55	4.220,00	ME/MEI/EPP
105	300	KG	LINGÜIÇA MISTA RESFRIADA, CONTENDO NO MAXIMO 8,5G DE LIPÍDIOS NA PORÇÃO DE 50 G, ROTULO COM TABELA NUTRICIONAL, NÃO ADMITINDO, SUPERFÍCIE UMIDA, PEGAJOSA, PARTES FLACIDAS OU DE CONSISTENCIA ANORMAL, INSENTA DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA CONDIÇÃO NORMAL, MANTIDA EM TEMPERATURA DE REFRIGERAÇÃO, ACONDICIONADA EM SACO POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO RESISTENTE.	14,30	4.290,00	ME/MEI/EPP
106	660	KG	PEITO DE FRANGO EM CORTES CONGELADOS SEM PELE, SEM ADIÇÃO DE TEMPEROS, COM ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM MACHAS E SEM SINAIS DE DESCONGELAMENTO, O PRODUTO DEVERA SER MANIPULADO EM CONDIÇÕES HIGIENICAS, SER PROVENIENTE DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINARIA E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (SIF) OU NO INSTITUTO DE AGROPECUARIA.	16,16	10.665,60	ME/MEI/EPP
107	260	KG	MORTADELA FATIADA SEM GORDURA REFRIGERADO DEVERA CONTER DATA E VALIDADE EM CADA PACOTE.	19,34	5.028,40	ME/MEI/EPP
108	640	KG	MUSSARELA FATIADA, COM ASPECTO, CHEIRO, COR E SABOR PROPRIOS, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SOB INSPEÇÃO VETERINARIA E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (SIF) OU NO INSTITUTO DE AGROPECUARIA.	31,78	20.339,20	ME/MEI/EPP
109	515	KG	SALSICHA HOT DOG COM ASPECTOS: EMBALAGEM A VACUO, 1 KG, DATA DE VALIDADE, PESO E INGREDIENTES IMPRESSO NO ROTULO, REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA, E ARMAZENADA TEMPERATURA 18° C NEGATIVOS OU INFERIOR.	9,15	4.712,25	ME/MEI/EPP
110	2465	UNIDADE	ÁGUA SANITÁRIA, À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. FRASCO DE 5 LITRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	8,74	21.544,10	ME/MEI/EPP
111	830	GL	ÁLCOOL GEL 500 ML 70%	4,48	3.718,40	ME/MEI/EPP
112	170	GL	ÁLCOOL LÍQUIDO ETÍLICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO: 70% (70°GL) GALAO DE 5 LITROS	20,64	3.508,80	ME/MEI/EPP
113	2465	UNIDADE	ÁLCOOL LÍQUIDO, TIPO ETÍLICO HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO :70% INPM. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. FRASCO DE 1 LITRO.	5,43	13.384,95	ME/MEI/EPP
114	380	UNIDADE	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO. FRASCO DE 2 LITROS, COM TAMPABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	4,64	1.763,20	ME/MEI/EPP
115	200	UNIDADE	APARELHO DE BARBEAR 02 LAMINA	2,42	484,00	ME/MEI/EPP
116	130	UNIDADE	BANHEIRA INFANTIL PARA BANHO, EM PLASTICO RIGIDO, CAPACIDADE MINIMA DE 20 LITROS, COM SABONETEIRA, COR A ESCOLHER	24,73	3.214,90	ME/MEI/EPP
117	400	UNIDADE	BICO DE SILICONE PARA MAMADEIRA	9,65	3.860,00	ME/MEI/EPP
118	70	UNIDADE	CESTO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO RESISTENTE, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COM TAMPASOBREPOSTA, DUAS ALÇAS LATERAIS, CESTO EM FORMATO REDONDO E NA COR PRETA. O PRODUTO DEVE CONTER MARCA EM RELEVO OU ETIQUETA COM DADOS DO FABRICANTE.	18,27	1.278,90	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

119	50	UNIDADE	CESTO PARA LIXO, CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO RESISTENTE, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS, COM TAMPA SOBREPÓSITA, DUAS ALÇAS LATERAIS, CESTO EM FORMATO REDONDO E NA COR PRETA. O PRODUTO DEVE CONTER MARCA EM RELEVO OU ETIQUETA COM DADOS DO FABRICANTE.	60,00	3.000,00	ME/MEI/EPP
120	210	UNIDADE	CERA, TIPO LÍQUIDA. APLICAÇÃO PISOS CERÂMICOS, GRANITOS, MÁRMORE E PAVIFLES. COR: INCOLOR/AMARELA/VERMELHA. FRASCO DE 5 LITROS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	42,66	8.958,60	ME/MEI/EPP
121	50	UNIDADE	CONDICIONADOR INFANTIL NO MÍNIMO 350 ML.	11,31	565,50	ME/MEI/EPP
122	120	UNIDADE	CONDICIONADOR ADULTO NO MÍNIMO 350 ML.	8,60	1.032,00	ME/MEI/EPP
123	100	CX	COTONETE COM NO MÍNIMO 75 UNIDADE	2,08	208,00	ME/MEI/EPP
124	2065	UNIDADE	DESINFETANTE, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. APLICAÇÃO: DESINFETANTE E GERMICIDA. COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: EUCALIPTO. FRASCO DE 5 LITROS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA.	11,37	23.479,05	ME/MEI/EPP
125	1595	UNIDADE	LIMPA ALUMÍNIO, LÍQUIDO ACIDO 500 ML PARA LIMPAR E REALÇAR O BRILHO DE ALUMÍNIO, PROPORCIONA UMA SOLUÇÃO DE LIMPEZA ÁGIL E PRÁTICA EM PANEIS, TAMPAS, ASSADEIRAS E DEMAIS UTENSÍLIOS DE COZINHA EM ALUMÍNIO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, ACIDULANTE, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, FRAGRÂNCIA, PRESERVANTE, CORANTE E ÁGUA, PRINCÍPIO ATIVO: ÁCIDO SULFÔNICO, PH A 1% P/P (25°C): 2,0 A 3,0, VISCOSIDADE (COPO FORD 4): 45 A 60 SEGUNDAS. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, ODORE CARACTERÍSTICO.	3,56	5.678,20	ME/MEI/EPP
126	5050	UNIDADE	DETERGENTE PARA LOUÇAS, BIODEGRADÁVEL, CONSISTENTE. APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEIS. AROMA NATURAL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	2,23	11.261,50	ME/MEI/EPP
127	100	UNIDADE	ESCOVA DE CABELO DE CABEÇA QUADRADA	11,12	1.112,00	ME/MEI/EPP
128	110	UNIDADE	ESCOVA DE ROUPA, CONFECCIONADA EM MADEIRA COM CERDAS DE NYLON, FORMATO OVAL.	3,45	379,50	ME/MEI/EPP
129	500	UNIDADE	ESCOVA DENTAL, INFANTIL, CERDAS MACIAS, MÍNIMO DE 4 FILEIRAS E 26 TUFOS, TIPO CABO CURTO E ANATÔMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E SELO DE APROVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA (A.B.O.).	1,39	695,00	ME/MEI/EPP
130	130	UNIDADE	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM SUPORTE	5,91	768,30	ME/MEI/EPP
131	950	PCT	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 100X75. COMPOSIÇÃO: LÃ DE AÇO CARBONO, ACONDICIONADA EM PACOTES COM MÍNIMO 8 UNIDADES.	2,09	1.985,50	ME/MEI/EPP
132	1650	PCT	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110X75X20MM, ABRASIVIDADE MÉDIA. COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	0,69	1.138,50	ME/MEI/EPP
133	500	UNIDADE	ESPONJA PARA BANHO DE ESPUMA	3,74	1.870,00	ME/MEI/EPP
134	600	UNIDADE	GEL DENTAL INFANTIL	3,58	2.148,00	ME/MEI/EPP
135	70	RL	PLÁSTICO FILME PVC PARA ALIMENTOS DE NO MÍNIMO 28cm X 300m	25,89	1.812,30	ME/MEI/EPP
136	1040	UNIDADE	FLANELA PARA LIMPEZA, 100 % EM ALGODÃO, 0,28X0,58CM NA COR LARANJA.	3,33	3.463,20	ME/MEI/EPP
137	550	PCT	FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEIS, TAMANHO G, INDICADA PARA CRIANÇA DE 8 A 12 KG FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FECHAMENTO POR MEIO DE FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, GEL COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, EMPACOTADA CONFORME EMBALAGEM DO FORNECEDOR, CONTEÚDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO. PACOTE ECONÔMICO COM NO MÍNIMO 44 UNIDADE - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	48,71	26.790,50	ME/MEI/EPP
138	200	UNIDADE	FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEIS, TAMANHO P, INDICADA PARA CRIANÇA DE 3 A 5 KG FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FECHAMENTO POR MEIO DE FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, GEL COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, EMPACOTADA CONFORME EMBALAGEM DO FORNECEDOR, CONTEÚDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO. PACOTE ECONÔMICO COM NO MÍNIMO 30 UNIDADE - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	37,25	7.450,00	ME/MEI/EPP
139	200	UNIDADE	FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEIS, TAMANHO M, INDICADA PARA CRIANÇA DE 3 A 5 KG FORMATO ANATÔMICO, COM BARREIRAS PROTETORAS ANTIVAZAMENTO, FECHAMENTO POR MEIO DE FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, GEL COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, EMPACOTADA CONFORME EMBALAGEM DO FORNECEDOR, CONTEÚDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO. PACOTE ECONÔMICO COM NO MÍNIMO 40 UNIDADE - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	38,25	7.650,00	ME/MEI/EPP
140	1350	PCT	LENÇO UMEDECIDO MEDINDO APROXIMADAMENTE 17X12 CM, SEM ALCOOL ETILICO, EMBALAGEM TIPO TIRA FÁCIL COM NO MÍNIMO 80 UNIDADES - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	8,63	11.650,50	ME/MEI/EPP
141	680	UNIDADE	LIMPA PISO - 5 LTS, DESINFETANTE USO DOMÉSTICO - LÍQUIDO, CONCENTRADO; FRAGRÂNCIA NEUTRA, COMPLEMENTO: AÇÃO BACTERICIDA E GERMICIDA, DILUIÇÃO 1/50. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NA ANVISA/MS. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	13,60	9.248,00	ME/MEI/EPP
142	250	UNIDADE	LIMPA VIDRO, TIPO LÍQUIDO. COR INCOLOR/AZUL. FRASCO PLÁSTICO DE 500ML, COM GATILHO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	3,05	762,50	ME/MEI/EPP
143	2960	UNIDADE	LIMPADOR MULTIUSO, DE USO DOMÉSTICO. AROMAS DIVERSOS. FRASCO PLÁSTICO DE 500ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	2,22	6.571,20	ME/MEI/EPP
144	1100	UNIDADE	LIMPADOR DESENGORDURANTE PARA COZINHA, COM APARELHO PULVERIZADOR, COM AROMAS VARIADOS, COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, ÁGUA E FRAGRÂNCIA. EMBALAGEM DE 500 ML. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	4,42	4.862,00	ME/MEI/EPP
145	580	UNIDADE	LIMPEZA PESADA 5 LITROS. INGREDIENTES ATIVOS: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO; LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. COMPOSIÇÃO: INGREDIENTES ATIVOS, FORMOL, SEQUESTRANTE; ALCALINIZANTE; TENSOATIVO NÃO IÔNICO; OPACIFICANTE, PERFUME E ÁGUA; TENSOATIVOS BIODEGRADÁVEIS. RECOMENDAÇÕES DE USO: 80 ML EM CINCO LITROS DE ÁGUA; LIMPEZA PESADA UTILIZAR PRODUTO PURO. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	20,85	12.093,00	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

146	115	UNIDADE	LUSTRA MÓVEIS. EMULSÃO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADA, PARA APLICAÇÃO EM MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS. AROMAS DIVERSOS. FRASCO PLÁSTICO DE 200ML COM BICO ECONÔMICO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	3,86	443,90	ME/MEI/EPP
147	200	PAR	LUVA PARA LIMPEZA. COMPOSIÇÃO: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM REVESTIMENTO INTERNO, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE. TAMANHOS M E G. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT	3,17	634,00	ME/MEI/EPP
148	400	UNIDADE	MAMADEIRA COM TAMPA EM POLIPROPILENO, COM BICO ORTODONTICO DE SILICONE NO MINIMO COM 240 ML	16,13	6.452,00	ME/MEI/EPP
149	230	UNIDADE	MULTI-INSETICIDA TIPO SPRAY EXTERMINA QUALQUER TIPO DE INSETO, NÃO CONTENDO CFC, EMBALAGEM NÃO INFERIOR A 300ML. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. INDICADO PARA CONTROLE DE MOSQUITOS (INCLUISE DA DENGUE), MOSCAS, BARATAS, FORMIGAS E ARANHAS, A BASE DE ÁGUA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	9,27	2.132,10	ME/MEI/EPP
150	1060	UNIDADE	ODORIZADOR DE AR - SPRAY PRODUTO FABRICADO NAS NORMAS E EXIGÊNCIAS DA NBR E INMETRO, ENTREGUE NA EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO ORGÃO COMPETENTE EMBALAGEM TIPO "AEROSOL" COM NO MÍNIMO 360 ML VARIAS FRAGRANCIA.	7,77	8.236,20	ME/MEI/EPP
151	88	UNIDADE	PÁ COLETORA LIXO, COM COLETOR MEDINDO APROXIMADAMENTE 26CM E CABO 15CM, AMBOS DE PLÁSTICO RESISTENTE.	7,06	621,28	ME/MEI/EPP
152	80	UNIDADE	PALHA DE AÇO N. 2 MATERIAL AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE MEDIA, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL	2,20	176,00	ME/MEI/EPP
153	750	UNIDADE	PANO DE CHÃO ALVEJADO (SACO)	5,55	4.162,50	ME/MEI/EPP
154	650	UNIDADE	PAÑO MULTIUSO MICROFIBRA 70X50 CM. COMPOSIÇÃO: 80% POLIESTER/20% POLIAMIDA, GR: 230	6,76	4.394,00	ME/MEI/EPP
155	735	FD	PAPEL HIGIÊNICO MACIO BRANCO FOLHA DUPLA CONTÉM 100 % FIBRAS CELULÓSICAS NATURAIS. COMPACTO É DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO E APROVADO. PICOTADO, GOFRADO, ULTRA MACIO, FARDO COM 64 UNIDADES , SENDO 16 PACOTES COM 04 ROLOS - 30M X 10CM - SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	60,65	44.577,75	ME/MEI/EPP
156	90	FD	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 500 MTS. PACOTES COM 8 UNIDADES.	44,59	4.013,10	ME/MEI/EPP
157	400	FD	PAPEL HIGIÊNICO, FARDO CONTENDO 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 30 M X 10 CM , FOLHA BRANCA, DUPLA, GOFRADO, MACIA, PICOTADO, 100% DE FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, FOLHA NÃO RECICLADA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA NO PACOTE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	57,70	23.080,00	ME/MEI/EPP
158	500	PCT	PAPEL TOALHA 1.000 UNIDADE COM FOLHA DUPLA, TIPO PICOTEADA - FABRICADO EM PAPEL DE ALTA ABSORÇÃO - PRODUTO ENTREGUE NA EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE - FABRICADO NAS NORMAS E EXIGÊNCIAS DA NBR E INMETRO. (DUAS DOBRAS)	24,65	12.325,00	ME/MEI/EPP
159	740	FD	PAPEL TOALHA INTERFOLHA BRANCO. DUAS DOBRAS, MEDINDO 22,5X20CM, 100% CELULOSE VIRGEM (100% FIBRAS NATURAIS); FOLHAS SOLTAS; GRAMATURA 30G/M2; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABN. FARDO COM 1.000 FOLHAS.	9,88	7.311,20	ME/MEI/EPP
160	450	CX	PAPEL TOALHA CAIXA COM 6 UNIDADES, 100% CELULOSE VIRGEM, GRAMATURA 34 GRAMAS, BOBINA 6X200 MTS. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	49,79	22.405,50	ME/MEI/EPP
161	170	PCT	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA EMBALAGEM CONTÉM 2 ROLOS COM 50 TOALHAS DE 20CN X 22CM CADA - FOLHA DUPLA - AERADO, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM, COPA E COZINHA	3,50	595,00	ME/MEI/EPP
162	80	RL	PLÁSTICO FILME PVC PARA ALIMENTOS DE NO MÍNIMO 28CM X 300M	25,89	2.071,20	ME/MEI/EPP
163	352	UNIDADE	POMADA PARA ASSADURA: PALMITATO DE RETINOL 1000 uI/g + COLECAFIREFOL 400 UT/ g + ÓXIDO DE ZINCO 100 mg/g.	6,19	2.178,88	ME/MEI/EPP
164	445	DZ	PRENDEDOR DE ROUPA, FORMATO RETANGULAR, DE MADEIRA, MEDINDO 8CM PACOTE COM 12 UNIDADES.	2,32	1.032,40	ME/MEI/EPP
165	40	UNIDADE	QUEROSENE COM NO MÍNIMO 800 ML.	13,48	539,20	ME/MEI/EPP
166	550	UNIDADE	REMOVEDOR ESPECIAL DE SUJEIRAS PARA LAVAR PISOS, AZULEJOS, CERÂMICAS, ARDÓSIA, GRANILITE E CALÇADAS EM GERAL, REMOVENDO OS ENCRUSTADOS E SUJEIRAS MAIS DIFÍCEIS. É RECOMENDADO PARA REJUNTES E TAMBÉM NOS CANTINHOS DE DIFÍCIL ACESSO. EMBALAGEM COM 5 LITROS -SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	46,33	25.481,50	ME/MEI/EPP
167	750	UNIDADE	RODO DE ESPUMA COM FIBRA APROXIMADAMENTE 39 CM	5,93	4.447,50	ME/MEI/EPP
168	520	UNIDADE	RODO DE ESPUMA COMUM DE NO MÍNIMO 40 CM.	10,45	5.434,00	ME/MEI/EPP
169	420	UNIDADE	RODO DE RAPAR DE MADEIRA (GRANDE) 59 CM	12,21	5.128,20	ME/MEI/EPP
170	450	UNIDADE	RODO DE RAPAR DE MADEIRA (PEQUENO) 30 CM	5,33	2.398,50	ME/MEI/EPP
171	270	PCT	SABÃO EM BARRA, DE GLICERINA EMBALADO EM SACO PLÁSTICO PACT COM 5 UNID A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	8,53	2.303,10	ME/MEI/EPP
172	1565	CX	SABÃO EM PÓ PARA LIMPEZA PESADA EMBALAGEM (CAIXA OU PACOTE) DE 01 KG, ROTULO COM INFORMAÇÕES SOBRE O SABÃO EM PÓ, FABRICANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	5,80	9.077,00	ME/MEI/EPP
173	405	GL	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO VISCOSO, COM FRAGRÂNCIA DE COCO OU ERVA-DOCE. APLICAÇÃO: PARA HIGIENIZAÇÃO E HIDRATAÇÃO DA PELE. EMBALAGEM DE 5 LITROS, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERÁ SOLICITADA AMOSTRA	15,61	6.322,05	ME/MEI/EPP
174	230	PCT	SACO PARA ALIMENTOS FREEZER, DE NO MÍNIMO 7 LITROS, TRANSPARENTE, COM NO MÍNIMO 100 SACOS CADA EMBALAGEM	9,27	2.132,10	ME/MEI/EPP
175	260	PCT	SACO PARA ALIMENTOS FREEZER, 3 LITROS, TRANSPARENTE, COM NO MÍNIMO 100 SACOS CADA EMBALAGEM	6,21	1.614,60	ME/MEI/EPP
176	890	PCT	SACO PLÁSTICO LIXO, 100 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 75, ALTURA 105, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT .SERÁ SOLICITADO AMOSTRA.	22,32	19.864,80	ME/MEI/EPP
177	135	PCT	SACO PLÁSTICO LIXO, 15 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 25, ALTURA 50, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.	10,83	1.462,05	ME/MEI/EPP
178	710	PCT	SACO PLÁSTICO LIXO, 30 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 59, ALTURA 62, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.	14,15	10.046,50	ME/MEI/EPP
179	630	PCT	SACO PLÁSTICO LIXO, 50 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 63, ALTURA 80, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT.	17,97	11.321,10	ME/MEI/EPP
180	450	PCT	SACO PLÁSTICO LIXO, 200 LITROS, 6 MICRAS, COR PRETA, LARGURA 75, ALTURA 105, DE POLIPROPILENO. APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO. PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. SERÁ SOLICITADO AMOSTRA.	47,33	21.298,50	ME/MEI/EPP

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

181	860	UNIDADE	SAPONÁCIO CREMOSO 300 ML. FABR. NAS NORMAS E EXIG. NBR E INMETRO, PRODUTO ENTREGUE NA EMBAL. ORIG. FABRICANTE, CONTENDO, DADOS DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO ORGÃO COMPETENTE EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 300 ML.	3,01	2.588,60	ME/MEI/EPP
182	400	UNIDADE	SHAMPOO INFANTIL NEUTRO 350 ML.	8,48	3.392,00	ME/MEI/EPP
183	120	UNIDADE	SHAMPOO ADULTO 350 ML.	8,40	1.008,00	ME/MEI/EPP
184	450	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO 70X45 CM, COMPOSIÇÃO 100% DE ALGODÃO	8,92	4.014,00	ME/MEI/EPP
185	610	UNIDADE	TOALHA PARA LIMPEZA DE CHÃO (GRANDE)	6,83	4.166,30	ME/MEI/EPP
186	590	UNIDADE	VASSOURA, COM CEPAL E CERDAS DE PALHA, TIPO 05 FIOS, AMARRAÇÃO COM ARAME, COMPRIMENTO CERDAS 60CM.	18,74	11.056,60	ME/MEI/EPP
187	250	UNIDADE	VASSOURA, COM CERDAS DE NYLON LUXO, BASE EM MADEIRA RESISTENTE, CERDAS COM COMPRIMENTO MÍNIMO (SALIENTE) DE 11CM E ESPESSURA MÉDIA DE 0,8MM, DISPOSTAS EM NO MÍNIMO 4 CARREIRAS DE TUPOS JUSTAPOSTOS HOMOGÊNEOS DE MODO A PREENCHER TODA A BASE, A FIXAÇÃO DAS CERDAS À BASE DEVERÁ SER FIRME E RESISTENTE, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,20M, COM EMBORRACHADO NA PONTA PARA ROSQUEAR COM FACILIDADE NA BASE DA VASSOURA E COM GANCHO NA OUTRA PONTA DO CABO PARA PENDURAR, COM PERFEITO ACABAMENTO, USO DOMÉSTICO.	7,54	1.885,00	ME/MEI/EPP
188	60	UNIDADE	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE GRANDE, CAPACIDADE DE 10 LITROS, COR: TRANSPARENTE OU BRANCO	8,02	481,20	ME/MEI/EPP
189	70	UNIDADE	BACIA DE PLÁSTICO RESISTENTE GRANDE, CAPACIDADE DE 40 LITROS, COR: TRANSPARENTE OU BRANCO	33,22	2.325,40	ME/MEI/EPP
190	70	UNIDADE	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE APROXIMADAMENTE 15 LITROS, MATERIAL ALÇA ARAME GALVANIZADO, COR NATURAL.	9,98	698,60	ME/MEI/EPP
191	85	UNIDADE	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 30 LITROS, MATERIAL ALÇA ARAME GALVANIZADO, COR NATURAL.	21,76	1.849,60	ME/MEI/EPP
192	100	UNIDADE	BORRIFADOR MULTIUSO COM FRASCO DE 500 ML E BICO AJUSTÁVEL	4,00	400,00	ME/MEI/EPP
193	410	UNIDADE	CANECA EM AÇO INOX 300 ML COM ALÇA E VIOLA	8,96	3.673,60	ME/MEI/EPP
194	40	UNIDADE	COLHER DE MADEIRA, TAMANHO GRANDE DE NO MÍNIMO 50 CM, COMPRIMENTO DO CABO 47 CM, DIMENSÕES DA COLHER 35 A 40X5,5 CM	11,43	457,20	ME/MEI/EPP
195	312	UNIDADE	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX	2,56	798,72	ME/MEI/EPP
196	40	UNIDADE	COLHER DE ARROZ EM AÇO INOX	8,89	355,60	ME/MEI/EPP
197	35	UNIDADE	CONCHA DE AÇO INOX 25 CM	15,27	534,45	ME/MEI/EPP
198	93	UNIDADE	COPO DE VIDRO CAPACIDADE DE 250 ML NA COR INCOLOR. EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	34,13	3.174,09	ME/MEI/EPP
199	565	CX	COPO DESC. DE ÁGUA 180 ML. CX.C/ 2.500 UNIDADE, DE ACORDO COM A ABNT, ATÓXICO, PLÁSTICO OXI-BIODEGRADÁVEL. SERÁ SOLICITADO AMOSTRA.	88,00	49.720,00	ME/MEI/EPP
200	360	CX	COPO DESC. CAFÉ 50 ML. CX.C/ 5.000 UNIDADE COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, DE ACORDO COM A ABNT, ATÓXICO, PLÁSTICO OXI-BIODEGRADÁVEL. SERÁ SOLICITADO AMOSTRA.	99,65	35.874,00	ME/MEI/EPP
201	108	UNIDADE	DISPENSADOR PARA SABONETE LÍQUIDO OU GEL. TAMANHO APROXIMADO 28,7 CM X 12,5 CM. CAPACIDADE 800 ML	20,95	2.262,60	ME/MEI/EPP
202	70	UNIDADE	DISPENSADOR PARA PAPEL TOALHA - INTERFOLHA 2 DOBRAS CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ABS. ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSO PARA FIXAR - COR BRANCA - TAMANHO APROXIMADO 31X25X12,5 CM	43,93	3.075,10	ME/MEI/EPP
203	35	UNIDADE	ESCUMADEIRA EM AÇO 30 CM	15,20	532,00	ME/MEI/EPP
204	40	UNIDADE	FACA DE COZINHA DE INOX CABO POLIPROPILENO BRANCO, TAMANHO 7 POLEGADAS	13,45	538,00	ME/MEI/EPP
205	202	UNIDADE	FACA DE MESA, TAMANHO 6, TOTALMENTE FEITA DE AÇO INOX, MANTÉM SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS.	5,90	1.191,80	ME/MEI/EPP
206	182	DZ	GARFO DE MESA, AÇO INOX, DIMENSÕES PRODUTO (COMPR. X LARG.X ALT): 190x43x21 mm. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	32,74	5.958,68	ME/MEI/EPP
207	10	UNIDADE	GARRAFA BOTIJAO TERMICO 12 LTS COM TORNEIRA	100,27	1.002,70	ME/MEI/EPP
208	40	UNIDADE	GARRAFA TÉRMICA 1.800 LTS COM BOMBA DE PRESSAO	62,00	2.480,00	ME/MEI/EPP
209	61	UNIDADE	GARRAFÃO TÉRMICO, CAPACIDADE: 5 Litros,Cor: SORTIDOS.	41,01	2.501,61	ME/MEI/EPP
210	450	UNIDADE	PANO DE PRATO COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODÃO, ALVEJADO, MEDINDO 70CM X 40CM, PANO BRANCO COM BAINHA FEITA PARA QUE NÃO DESFIE. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	3,50	1.575,00	ME/MEI/EPP
211	500	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL C/50 GUARDANAPO - CONFECCIONADO EM PAPEL ABSORVENTE EM FOLHA SIMPLES; MEDINDO 20 X 22 CENTÍMETROS.COMPLEMENTO: NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO E DA VALIDADE.	2,00	1.000,00	ME/MEI/EPP
212	33	UNIDADE	JARRA VIDRO D' ÁGUA 2 LTS COM TAMPÁ	32,83	1.083,39	ME/MEI/EPP
213	60	UNIDADE	PEGADOR DE SALADA GRANDE EM AÇO INOX (UNIVERSAL)	13,62	817,20	ME/MEI/EPP
214	355	PCT	PRATO DESCARTÁVEL BRANCO 23 CM COM 10 UNIDADES	4,88	1.732,40	ME/MEI/EPP
215	400	UNIDADE	PRATO FUNIDADEO INOX (REDONDO) DIMENSÕES APROXIMADAS 230 x 230 x 22mm, DIÂMETRO APROXIMADO 23cm, ESPESSURA APROXIMADA 0,5mm	10,32	4.128,00	ME/MEI/EPP
216	250	UNIDADE	PRATO FUNIDADEO VIDRO	8,30	2.075,00	ME/MEI/EPP
217	180	UNIDADE	XÍCARAS DE CHÁ /CAFÉ. PORCELANA BRANCA. 170 ML.	14,47	2.604,60	ME/MEI/EPP
218	50	PAR	PILHA ALCALINA 1,5V TIPO AA, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, ACONDICIONADAS EM CARTELAS DE 2 UNIDADES.	2,31	115,50	ME/MEI/EPP
219	450	PAR	PILHA ALCALINA 1,5V TIPO AAA, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES, ACONDICIONADAS EM CARTELAS DE 2 UNIDADES.	2,30	1.035,00	ME/MEI/EPP
220	350	PAR	PILHA TIPO BATERIA 9V PILHA TIPO BATERIA 9V, ALCALINA DE ALTA PERFORMANCE, NÃO RECARREGÁVEL	11,84	4.144,00	ME/MEI/EPP
221	305	CX	FÓSFORO GRANDE CAIXA C/200 PALITOS	3,78	1.152,90	ME/MEI/EPP
222	90	MÇ	FÓSFORO PCT/COM 10 UNID - 40 PALITOS	3,28	295,20	ME/MEI/EPP
				VALOR TOTAL (R\$)	1.258.233,60	

2- justificativa

2.1 A aquisição dos materiais/produtos é essencial para o contínuo andamento das rotinas administrativas nos setores vinculados, e também em relação a atendimentos de usuários e os demais visitantes (autoridades, visitantes, comunidades e etc), tais objetos comuns precisam estarem disponíveis, conforme o aumento da demanda nesses setores.

A aquisição materiais/produtos são essenciais para o bom funcionamento das Secretarias e Departamentos do Município, pois garantem o suprimento de alimentos adequados, a manutenção da higiene e a disponibilidade de utensílios e equipamentos necessários para as atividades diárias.

Além de garantir a higiene e a limpeza adequada das instalações das Secretarias e Departamentos, contribuindo para um ambiente de trabalho seguro, saudável e confortável, além de cumprir normas de higiene e segurança.

3- fundamentação legal

3.1 A legislação básica a ser definida como fundamentação legal para a realização do procedimento licitatório em questão é a Lei Federal nº. 14.133/21 e Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

4- modalidade e tipo de licitação

4.1 A modalidade de licitação sugerida nesta contratação é o Pregão Eletrônico para Registro de Preços, julgamento menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/21 e Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

5- do prazo de fornecimento

5.1 Os produtos/materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da "Ordem de Fornecimento", emitido pelo Departamento de Compras, que será efetuada via e-mail ou outro meio hábil, sem custos adicional, parceladamente, após formalização e assinaturas da Ata de Registro de Preços.

5.2 Os itens de Carnes deverão ser transportados em veículos próprios (caminhão -baú), dotado de equipamento que mantenha a temperatura rigorosamente de acordo com a resolução, devidamente higienizados em seu interior a fim de manter a qualidade higiênico-sanitária da mercadoria, bem como a temperatura do mesmo.

5.3 Prazo de validade dos produtos: Gêneros Alimentícios não perecíveis: a validade mínima de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos, Gêneros Alimentícios perecíveis de refrigeração: as validades para iogurte são de 40 (quarenta) dias; as carnes a validade no mínimo 03 (três) meses contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos e para Leite Pasteurizado UHT: máximo 30 (trinta) dias e para os demais produtos deverão ser entregues com prazo de validade equivalente ou superior a 75% contados da data de fabricação. Exemplo: Se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, no momento da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses de validade.

6- do local de entrega

6.1 A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos/materiais no Paço Municipal Rua Praça Padre José Rossi, nº. 354, Centro – São Pedro do Ivaí –Pr. Cep: 86.945-000, de forma parcelada, conforme cronograma com as quantidades determinadas pelos fiscais da Ata de Registro de Preços.

7- das obrigações da detentora da Ata de Registro de Preços

7.1. A detentora da Ata de Registro de Preços deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2. Na entrega dos produtos/materiais serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata de Registro de Preços, o qual será recebido e conferido pela fiscal e gestora da Ata de Registro de Preços;

7.3. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

7.4. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

7.5. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

7.6. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá entregar dos produtos/materiais com pontualidade, nos locais especificados, em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, em relação a qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas;

7.7. A detentora da Ata de Registro de Preços será responsável pela entrega dos produtos/materiais, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;

- 7.8. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá garantir a qualidade da entrega dos **produtos/materiais**, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, as entregas realizadas que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade;
- 7.9. Será por conta da detentora da **Ata de Registro de Preços** as despesas com todos os tributos incidentes, taxas, impostos, contribuições, fretes e despesas com deslocamento, para a entrega do **produtos/materiais** contratados até os locais determinados para a sua entrega;
- 7.10. É de responsabilidade da detentora da **Ata de Registro de Preços** possuir, em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- 7.11. Todas as despesas decorrentes das entregas, contratação de pessoal e demais encargos pertinentes a entrega dos **produtos/materiais**, serão de total responsabilidade da Contratada;
- 7.12. Os **produtos/materiais** deverá ser de EXCELENTE QUALIDADE, deverá ter garantia quanto a defeitos e obedeceram às normas exigidas na fabricação e de comercialização pelas ANVISA e outros órgãos fiscalizadores;
- 7.13. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deve cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 7.14. Caso os **produtos/materiais** apresentem irregularidades, especificações incorretas, estejam fora dos padrões ou apresentem defeitos de fabricação a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. O atraso na substituição dos **produtos/materiais** acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no Edital e na **Ata de Registro de Preços**;
- 7.15. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens resistentes e quantidades adequadas, a fim de que se evite o esmagamento;
- 7.16. Os produtos solicitados deverão ser entregues nas embalagens originais e compatíveis com o peso e normas sanitárias;
- 7.17. O transporte dos perecíveis deverá ser executado em veículos adequados de acordo com o estabelecido pela Vigilância Sanitária;
- 7.18. O transporte bem como o controle higiênico dos alimentos devem atender os itens do Código Sanitário do Paraná (Lei 13.331 de 23 de novembro de 2001) e das legislações da ANVISA e do MAPA.

8- do pagamento

8.1 O pagamento será efetuado conforme entrega efetivamente realizada, conferido e aprovado pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**, tendo prazo de até 30 (trinta) dias para ser realizado o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestado pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**, sem qualquer forma de reajuste, sem ônus de frete, através de transferência eletrônica para conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

9- da dotação orçamentária

9.1 As despesas correrão à conta dos recursos da rubrica orçamentária constante no orçamento atual e próximo, em especial e sem limitar: FONTE DE RECURSO: 0 – RECURSO LIVRE 05 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 05.01 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 041220021.2.014000 Manutenção Da Secretaria De Gestão E Governo. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 13 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 13.01 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 226610088.2.094000 Manutenção Da Secretaria De Indústria, Comércio E Desenvolvimento Humano. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.03 DIVISÃO DE CULTURA 133920247.2.039000 Manutenção Da Divisão De Cultura. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES 08.04 DIVISAO DE ESPORTES. 278120224.2.040000 Manutenção Da Divisão De Esportes. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 12 Secretaria do Meio Ambiente e Turismo. 12.02 Divisão de Meio Ambiente. 185410457.2.083000 Manutenção da Divisão do Meio Ambiente. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo. 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina. 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios. 3.3.90.30.21.00.00 Material de Copa e Cozinha. FONTE DE RECURSO: 103 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.02 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL. 123610188.2.033000 Manutenção Do Ensino Fundamental. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.01

DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL. 123650185.2.026000 Manutenção Dos Centros De Educação Infantil. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 938 - 19059-4 e 19679-7 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.084000 Manutenção CREAS - Centro De Referência Especializado De Assistência Social/PAEFI 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referência Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos - CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 940 - 21606-2 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.085000 Bloco Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 38018 - 23110-X 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização FONTE: 31022 - 19059-4 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referência Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos - CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 351 - 22641-6 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103040428.2.043000 Manutenção da Vigilância Sanitária 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103030428.2.088000 Assistência Farmacêutica Em Geral 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103050428.2.044000 MANUT. VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 303 - 8672-X 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103010428.2.041000 Manutenção Do Sistema De Saúde Pública - Atenção Básica 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha.

10- da vigência da **Ata de Registro de Preços**

10.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11- dos responsáveis pelo termo de referência

11.1 Este Termo de Referência foi elaborado pelos abaixo assinados, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e nominativas aplicáveis.

12- gestores da **Ata de Registro de Preços**

12.1 Ficam designados Roberta Costa Della Rosa (Administração) / Bruno Cesar de Freitas Ribeiro (Saúde) / Josiane Cristina Bolognini Trindade (Assist. Social) / Ivonete Terezinha Carniato Harada (Educação) / Vanessa dos Santos (Meio Ambiente) / Noé Feijolli Bispo (Desenv. Humano), como gestora da **Ata de Registro de Preços**.

13- fiscais da **Ata de Registro de Preços**

13.1 Ficam designados Jesus Soares (Administração e Meio Ambiente) / Aline Verginia Teodoro (Saúde) / Juliana Farias Moreira (Assist. Social) / Rúbia Aparecida Mastelari Ferreira (Educação) / Márcia Maria Moreli Dultra (Desenv. Humano), como fiscais da **Ata de Registro de Preços**.

14- da apresentação de amostra

Requerer as amostras de **produtos/materiais** antes de comprar em grande escala é importante por várias razões:

Em resumo, pedir amostras de **produtos/materiais** antes de comprar em grande escala é uma prática essencial para garantir a qualidade, segurança e conformidade dos **produtos/materiais**, bem como para tomar decisões de compra mais informadas e reduzir riscos financeiros.

AMOSTRAS

1. Após o julgamento de cada itens, a Licitante melhor classificada deverá apresentar amostra **NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, dos itens: 03, 21, 26, 43, 53, 54, 71, 82, 83, 94, 110, 114, 124, 126, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 155, 157, 160, 166, 172, 173, 176, 180, 199 e 200, para fins de verificação se o mesmo atende aos requisitos estabelecidos em Edital.

2. As amostras deverão ser apresentadas através do produto em si, sendo vedada a apresentação de amostras através de catálogos.

3. Não serão aceitas amostras sem a marca e fora da embalagem original.

4. As amostras serão analisadas pela Comissão Avaliadora que utilizarão para análise os seguintes critérios:

5.1. Verificação da qualidade dos produtos/materiais.

5.2. Análise minuciosa da composição dos produtos/materiais, a fim de constatação que os mesmos atendem ao exigido em edital;

5.3. Precisão e eficácia de uso;

5.4. Custo benefício dos produtos/materiais.

5. Caso a amostra seja aprovada, o item será adjudicado em favor da Licitante.

6. Caso a amostra seja reprovada, será convocada a Licitante remanescente na ordem de classificação para apresentação de amostra no PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

7. A análise da amostra será de maneira transparente, sendo claramente definidos pela Comissão Avaliadora os critérios utilizados para reprovação das amostras apresentadas, devidamente registrados em ata ou no parecer avaliativo.

8. No caso de análise de amostras cujo resultado da análise se dê através de parecer avaliativo, a licitante que se sentir prejudicada **poderá recorrer em até três dias úteis a contar da divulgação do parecer.**

9. **Todos os documentos originados da fase de análise das amostras serão disponibilizados no Portal da Transparência do município, junto aos demais arquivos do presente processo, sendo de responsabilidade das Licitantes sua verificação e download.**

São Pedro do Ivaí – Pr., 24 de Abril de 2024.

Roberta Costa della Rosa
Secretaria Municipal de Gestão e Governo

Bruno Cesar de Freitas Ribeiro
Secretário Municipal de Saúde

Josiane Cristina Bolognini Trindade
Secretária Municipal de Assistência Social

Ivonete Terezinha Carniato Harada
Secretária Municipal de Educação

Noé Feijolli Bispo
Secretário Municipal de Promoção do Desenvolvimento Humano

Sergio Demitsu Waseda
Secretário Municipal de Compras
(responsável pelos preços de referência)

ANEXO II

Minuta da Ata de Registro de Preços nº. xxx/2024 Processo Licitatório nº. 029/2024 Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº. 012/2024

Pela presente **Ata de Registro de Preços**, integrante do Processo Licitatório pela modalidade de Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços nº. 012/2024, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ/PR.**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.771.311/0001-53, situada à Praça Padre José Rossi, nº. 354, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., CEP: 86.945-000, neste ato representado por sua **PREFEITA MUNICIPAL, MARIA REGINA DELLA ROSA MAGRI**, maior, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº. 3.293.480-3-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº. 558.450.969-87, residente e domiciliada na Rua Carlos Silva, nº. 444, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., CEP: 86.945-000 e **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.528.500/0001-05, situada à Rua Vereador Abílio Chaves, nº. 354, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., neste ato representado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, JOSIANE CRISTINA BOLOGNINI TRINDADE**, maior, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº. 8.451.744-5-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº. 066.476.339-10, residente e domiciliada na Rua Carlos Silva, nº. 763, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., CEP: 86.945-000 e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DO IVAÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.588.370/0001-45, situada à Rua Francisco de Melo Sobrinho, nº. 423, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., CEP: 86.945-000, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, BRUNO CESAR DE FREITAS RIBEIRO**, maior, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº. 9.616.441-6-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 054.426.639-05, residente e domiciliado na Rua Antonio Candido de Souza, nº. 259, Centro, no Município de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná – Pr., CEP: 86.945-000, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., situada à, no Município de, Estado do, neste ato representado pelo (a) Representante Legal, Sr (a).....portador da Cédula de Identidade RG sob o nº..... e inscrito no CPF/MF sob o nº....., residente e domiciliado na....., no Município de, Estado do (a)-....., doravante denominada CONTRATADA, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão ELETRÔNICO nº. 012/2024, formaliza a presente **Ata de Registro de Preços**, observadas as condições do edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente **Ata de Registro de Preços** tem por objeto o Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, conforme necessidade da ADMINISTRAÇÃO, e de acordo com o Edital.

1.2. Na **Ata de Registro de Preços**, ficam registrados os seguintes itens, preços e quantitativos em nome dos seguintes licitantes:

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela **Ata de Registro de Preços**, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

2.3. O empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado/emitido no prazo de validade da **Ata de Registro de Preços**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. Os **produtos/materiais** deverão ser entregues **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da “Ordem de Compra”, emitido pelo Departamento de Compras, que será efetuada via e-mail ou outro meio hábil, sem custos adicionais, parceladamente, após formalização e assinaturas da **Ata de Registro de Preços**.

3.2. O recebimento dos **produtos/materiais** dar-se-á pela verificação da qualidade e quantidade solicitada e consequente aceitação pelos FISCALIS, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela Contratada, visando o controle da entrega dos **produtos/materiais**;

3.2.1 ocorrendo divergência entre os pedidos dos FISCALIS dos **produtos/materiais** e o respectivo relatório de entrega dos **produtos/materiais**, será realizada averiguação pelos FISCALIS da **Ata de Registro de Preços**, com acompanhamento de funcionário da Contratada.

3.2.2 caberá ao município rejeitar total ou em parte, as entregas feitas em discordância com o objeto.

3.2.3 os fiscais da **Ata de Registro de Preços** deverão receber os **produtos/materiais** solicitados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – caso não tenha recebido a Nota Fiscal Eletrônica, deverá comunicar expressamente ao Departamento de Compras para providências.

3.3. É de responsabilidade dos FISCALIS da **Ata de Registro de Preços** atestar o recebimento dos **produtos/materiais** da **Ata de Registro de Preços**, sendo que o documento fiscal emitido quando da solicitação de pagamento pelo cumprimento parcial ou total da **Ata de Registro de Preços** deverá discriminar detalhadamente as quantidades dos **produtos/materiais**, contendo Valor Unitário e Valor Total, nos moldes do objeto registrado. Somente poderá ser encaminhado o documento fiscal para liquidação e pagamento se a mesma estiver acompanhada da planilha dos **produtos/materiais**, devidamente atestada pelos fiscais da **Ata de Registro de Preços**.

3.4. Os itens de Carnes deverão ser transportados em veículos próprios (caminhão –baú), dotado de equipamento que mantenha a temperatura rigorosamente de acordo com a resolução, devidamente higienizados em seu interior a fim de manter a qualidade higiênico-sanitária da mercadoria, bem como a temperatura do mesmo.

3.5. Prazo de validade dos produtos: Gêneros Alimentícios não perecíveis: a validade mínima de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos, Gêneros Alimentícios perecíveis de refrigeração: as validades para iogurte são de 40 (quarenta) dias; as carnes a validade no mínimo 03 (três) meses contando a partir da data de entrega estabelecidos aos rótulos e para Leite Pasteurizado UHT: máximo 30 (trinta) dias e para os demais produtos deverão ser entregues com prazo de validade equivalente ou superior a 75% contados da data de fabricação. Exemplo: Se o produto possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, no momento da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses de validade.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada ficará obrigada a entregar os **produtos/materiais** no Paço Municipal Rua Praça Padre José Rossi, nº. 354, Centro – São Pedro do Ivaí –Pr. Cep: 86.945-000, de forma parcelada, conforme cronograma com as quantidades determinadas pelos fiscais da **Ata de Registro de Preços**.

4.2. Não será admitido o fornecimento pela Contratada sem que esta esteja de posse da “Ordem de Compra” dos **produtos/materiais**, a aceitação definitiva se dará pelo responsável pela fiscalização da **Ata de Registro de Preços**, a qual atestará seu correto cumprimento.

4.3. Caso os **produtos/materiais** apresentem irregularidades, especificações incorretas, estejam fora dos padrões ou apresentem defeitos de fabricação a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**. O atraso na substituição dos **produtos/materiais** acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no Edital e na **Ata de Registro de Preços**.

4.4. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

4.5. Em caso de necessidade de providências por parte da Contratada, os prazos para pagamento serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei, no Edital e na **Ata de Registro de Preços**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

5.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) O recebimento dos **produtos/materiais** dar-se-á pela verificação da quantidade solicitada e consequente aceitação pelo fiscais da **Ata de Registro de Preços**, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela Contratada, visando o controle das entregas.

5.2. A detentora da **Ata de Registro de Preços** fará constar da Nota Fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente da Nota de Empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega dos **produtos/materiais**, o objeto poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita à Contratada.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado, a fiscalização notificará por escrito a detentora da **Ata de Registro de Preços** para substituir, às suas expensas, o objeto recusado.

5.5. Independentemente da aceitação, a detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir, no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATANTE

6.1. São obrigações da detentora da **Ata de Registro de Preços**:

6.1.1. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.2. Na entrega dos **produtos/materiais** serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na **Ata de Registro de Preços**, o qual será recebido e conferido pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**;

6.1.3. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas;

6.1.4. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá manter, durante toda a execução da **Ata de Registro de Preços**, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

6.1.5. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá comunicar, imediatamente e por escrito, à Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

6.1.6. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá entregar dos **produtos/materiais** com pontualidade, nos locais especificados, em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, em relação a qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas;

6.1.7. A detentora da **Ata de Registro de Preços** será responsável pela entrega dos **produtos/materiais**, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros;

6.1.8. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deverá garantir a qualidade da entrega dos **produtos/materiais**, devendo reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, as entregas realizadas que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou má qualidade;

6.1.9. Será por conta da detentora da **Ata de Registro de Preços** as despesas com todos os tributos incidentes, taxas, impostos, contribuições, fretes e despesas com deslocamento, para a entrega dos **produtos/materiais** contratados até os locais determinados para a sua entrega;

6.1.10. É de responsabilidade da detentora da **Ata de Registro de Preços** possuir, em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

6.1.11. Todas as despesas decorrentes das entregas, contratação de pessoal e demais encargos pertinentes a entrega dos **produtos/materiais**, serão de total responsabilidade da Contratada;

6.1.12. Os **produtos/materiais** deverão ser de EXCELENTE QUALIDADE, deverá ter garantia quanto a defeitos e obedecerem às normas exigidas na fabricação e de comercialização pelas ANVISA e outros órgãos fiscalizadores;

6.1.13. A detentora da **Ata de Registro de Preços** deve cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor que sejam compatíveis com o regime de direito público;

6.1.14. Caso os **produtos/materiais** apresentem irregularidades, especificações incorretas, estejam fora dos padrões ou apresentem defeitos de fabricação a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. O atraso na substituição dos **produtos/materiais** acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no Edital e na **Ata de Registro de Preços**;

6.1.15. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens resistentes e quantidades adequadas, a fim de que se evite o esmagamento;

6.1.16. Os produtos solicitados deverão ser entregues nas embalagens originais e compatíveis com o peso e normas sanitárias;

6.1.17. O transporte dos perecíveis deverá ser executado em veículos adequados de acordo com o estabelecido pela Vigilância Sanitária;

6.1.18. O transporte bem como o controle higiênico dos alimentos devem atender os itens do Código Sanitário do Paraná (Lei 13.331 de 23 de novembro de 2001) e das legislações da ANVISA e do MAPA.

6.2. São obrigações da Contratante:

6.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

6.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das entregas recebidas ou dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e seus Anexos, termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a entrega dos **produtos/materiais**, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;

6.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da **Ata de Registro de Preços**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado conforme entrega efetivamente realizada, conferido e aprovado pela fiscal e gestora da **Ata de Registro de Preços**, tendo prazo de até 30 (trinta) dias para ser realizado o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestado pelos fiscais e gestores da **Ata de Registro de Preços**, sem qualquer forma de reajuste, sem ônus de frete, através de transferência eletrônica para conta bancária da Contratada indicada pela mesma.

7.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previsto no Contrato.

7.3. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.5. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica, o qual deverá ser pago quando do surgimento da disponibilidade para tal.

7.6. Em havendo necessidade de substituição de Nota Fiscal por conduta comprovada da Administração, contar-se-á como marco inicial do prazo para liquidação a data de emissão do primeiro documento de cobrança, independentemente da data de emissão do documento substituído.

7.7. Caso se faça necessária a retificação de Nota Fiscal por culpa do fornecedor, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem e, em caso que seja constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a justificativa da parte que considerar indevida.

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.10. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua Notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da **Ata de Registro de Preços**, caso a Contratada não regularize sua situação de habilitação.

7.14. Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

7.17. A NOTA ou DOCUMENTO FISCAL deverão ser emitidas em observância às regras das Instruções Normativas da RFB Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012, Anexo I, e 2145/2023, com a devida retenção do imposto de renda na fonte, nos casos em que a Contratada não seja isenta, ou imune.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os pagamentos decorrente da entrega dos **produtos/materiais** da **Ata de Registro de Preços** ocorrerão através das seguintes dotações orçamentárias: FONTE DE RECURSO: 0 – RECURSO LIVRE 05 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 05.01 SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO 041220021.2.014000 Manutenção Da Secretaria De Gestão E Governo. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 13 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 13.01 SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 226610088.2.094000 Manutenção Da Secretaria De Indústria, Comércio E Desenvolvimento Humano. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.03 DIVISÃO DE CULTURA 133920247.2.039000 Manutenção Da Divisão De Cultura. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES 08.04 DIVISAO DE ESPORTES. 278120224.2.040000 Manutenção Da Divisão De Esportes. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 12 Secretaria do Meio Ambiente e Turismo. 12.02 Divisão de Meio Ambiente. 185410457.2.083000 Manutenção da Divisão do Meio Ambiente. 3.3.90.30.00.00.00 Material de Consumo. 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios para Copa e Cantina. 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas com Gêneros Alimentícios. 3.3.90.30.21.00.00 Material de Copa e Cozinha. FONTE DE RECURSO: 103 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.02 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL. 123610188.2.033000 Manutenção Do Ensino Fundamental. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 08.01 DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL. 123650185.2.026000 Manutenção Dos Centros De Educação Infantil. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 938 - 19059-4 e 19679-7 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.084000 Manutenção CREAS - Centro De Referencia Especializado De Assistência Social/PAEFI 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referencia Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos - CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 940 - 21606-2 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.085000 Bloco Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 38018 - 23110-X 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.054000 Manutenção Da Divisão De Serviços Sociais. 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização FONTE: 31022 - 19059-4 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082440486.2.064000 Manutenção Do CRAS (Centro De Referencia Da Assistência Social) PAIF 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 10 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.01 DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS. 082430483.6.053000 Serviço de Convivência E Fortalecimento De Vínculos - CAIS 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 351 - 22641-6 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103040428.2.043000 Manutenção da Vigilância Sanitária 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103030428.2.088000 Assistência Farmacêutica Em Geral 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 103050428.2.044000 MANUT. VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina 3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha FONTE: 303 - 8672-X 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.01 FUNDO MUNICIPAL

DE SAUDE 103010428.2.041000 Manutenção Do Sistema De Saúde Publica - Atenção Básica
3.3.90.30.00.00.00 Material De Consumo 3.3.90.30.07.12.00 Gêneros Alimentícios Para Copa E Cantina
3.3.90.30.07.99.00 Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios 3.3.90.30.21.00.00 Material De Limpeza E
Produção De Higienização 3.3.90.30.99.01.00 Material De Copa E Cozinha.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Nos termos do art. 117, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, serão designados fiscais Jesus Soares (Administração e Meio Ambiente) / Aline Verginia Teodoro (Saúde) / Juliana Farias Moreira (Assist. Social) / Rúbia Aparecida Mastelari Ferreira (Educação) / Márcia Maria Moreli Dultra (Desenv. Humano) e os gestores Roberta Costa Della Rosa (Administração) / Bruno Cesar de Freitas Ribeiro (Saúde) / Josiane Cristina Bolognini Trindade (Assist. Social) / Ivonete Terezinha Carniato Harada (Educação) / Vanessa dos Santos (Meio Ambiente) / Noé Feijolli Bispo (Desenv. Humano) da **Ata de Registro de Preços** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos **produtos/materiais**, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos **gêneros alimentícios**, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à Autoridade Competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

10.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

10.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a detentora da **Ata de Registro de Preços** para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

10.3. A detentora da **Ata de Registro de Preços** que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

10.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à detentora da **Ata de Registro de Preços** requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na **Ata de Registro de Preços** e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pela detentora da **Ata de Registro de Preços**;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da detentora da **Ata de Registro de Preços** e da Administração;

III - seja demonstrada nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

10.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão da detentora da **Ata de Registro de Preços**, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e a detentora da **Ata de Registro de Preços** continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no Edital.

10.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no Item 10.7, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos materiais, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na **Ata de Registro de Preços**.

10.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da **Ata de Registro de Preços**, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

10.10. Caso a detentora da **Ata de Registro de Preços** não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.11. Liberado o fornecedor na forma do Item 10.10, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos materiais, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

10.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da **Ata de Registro de Preços** no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do Edital.

10.13.

10.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da **Ata de Registro de Preços**, adotando de imediato as medidas cabíveis para asatisfação da necessidade administrativa.

10.15. Uma vez requerida a atualização do preço registrado pela detentora da **Ata de Registro de Preços**, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) para deliberar sobre o assunto, prazo esse que será suspenso caso sejam solicitadas diligências ao respectivo requerente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando a detentora da **Ata de Registro de Preços**:

I - for liberada;

II - descumprir as condições da **Ata de Registro de Preços**, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

V- não aceitar o preço revisado pela Administração.

11.2. A **Ata de Registro de Preços** será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na **Ata de Registro de Preços**, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

11.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4. A detentora da **Ata de Registro de Preços** será notificada por meio idôneo para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, o licitante ou contratado que:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial da **Ata de Registro de Preços**;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial da **Ata de Registro de Preços** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total da **Ata de Registro de Preços**;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar a **Ata de Registro de Preços** ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da **Ata de Registro de Preços**;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da **Ata de Registro de Preços**;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez inteiros por cento) do valor, tem comobase o valor total da solicitação/ordem de fornecimento.

12.2.3. Após o 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto, será considerado, o atraso, como inexecução contratual, sendo total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

12.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, será aplicada multa de 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de referência do item/lote.

12.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, será aplicada multa de 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor de referência do item/lote.

12.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7.

12.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12.



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

12.2.8. A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente a Prefeita, facultada a defesa do interesse no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

12.2.9. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Administração e poderá ser cumulada com as demais sanções administrativas.

12.2.10. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta inteiros por cento).

12.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

12.2.12. A aplicação das sanções previstas no Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.13. As sanções serão processadas e aplicadas de acordo com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Os servidores da Administração e a detentora da Ata de Registro de Preços devem e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos do Item 13.1, definem-se as seguintes práticas:

I - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;

II - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;

V - “prática obstrutiva”:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática de fraude e de corrupção;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de a Administração promover inspeção.

13.3. A Administração imporá sanção sobre a detentora da Ata de Registro de Preços ou pessoa física se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº. 012/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jandaia do Sul - Pr., para dirimir as questões decorrentes da Ata de Registro de Preços. E, por assim estarem às partes justas e contratadas, assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 012/2024, produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Pedro do Ivaí – Pr., _____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ

Maria Regina Della Rosa Magri - Prefeita Municipal.

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ

Josiane Cristina Bolognini Trindade - Secretária Municipal de Assistência Social.

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DO IVAÍ

Bruno Cesar de Freitas Ribeiro - Secretário Municipal de Saúde.

Contratante



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí.

1 Fica incluído o registro do licitante na sequência da classificação do certame:

(assim por diante)

2 A recusa do adjudicatário em assinar a **Ata de Registro de Preços**, dentro do prazo estabelecido no Edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei e no Edital da licitação.

3 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a **Ata de Registro de Preços** nos termos do Item 3, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da **Ata de Registro de Preços** nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5 Fica incluído o registro dos licitantes que aceitaram cotar os seguintes objetos com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame:

Encerrando-se, ____ de _____ de 2024.

Juliana Carneiro Blaskiewicz Batista
Pregoeira

Adriana Marques da Fonseca
Equipe de Apoio

Augusto Sergio Pollizello Varela Campos
Equipe de Apoio

Débora Pereira Batista
Equipe de Apoio



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2024

OBJETO: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, fracionada, total ou parcial, de acordo com o termo de referencia Anexo I.

ANEXO – III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ/MF sob nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, cargo, RG sob o nº. xxxxxxxxxxxx, CPF/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxx, endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, propõe fornecer à Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí – Pr., em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº. 012/2024, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor UnitárioR\$
1	xx	xx	xx	xx	R\$

* informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da (af) autorização de fornecimento a ser firmada com a vencedora do certame.

* informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão eletrônico.

* prazo máximo de entrega dos w será de acordo com o Anexo I do Edital.

* nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na entrega dos **gêneros alimentícios**.

.....,,
de 2024 Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ/MF)



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2024

OBJETO: Registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza/produtos de higienização, materiais de copa/cozinha e uso diversos para atender as necessidades dos Departamentos de: Gestão e Governo, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Escolas Municipais (Escola Municipal Professora Alfredina Fernandes Gouveia, Escola Municipal Gertrudes Maria Domingues e Escola Municipal Pe. Anchieta), Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs (João Paulo II, Criança Esperança e Tia Cleusa Isalberti), Indústria, Comércio de Desenvolvimento Humano, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) do Município de São Pedro do Ivaí, fracionada, total ou parcial, de acordo com o termo de referencia Anexo I.

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

A Pregoeira e Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná - Pr.

Pelo presente instrumento, a empresa xxxxxxxxxxxx, CNPJ/MF nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos que conhecemos todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 2) Declaramos que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais ou serviços;
- 3) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Declaramos que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- 5) Declaramos que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6) Declaramos que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7) Declaramos que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8) Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- 9) Declaramos que não fomos declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- 10) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), RG sob nº., CPF nº., cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/et), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

.....,
de 2024 Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ/MF)



Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí

Estado do Paraná.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2024

ANEXO - V

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa xxxxxxxxxxxx, CNPJ/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, através de seu Sócio Administrador xxxxxxxxxxxx, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, alterada pela Lei Complementar nº. 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

.....,
de 2024 Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ/MF)

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
CRC Nº.

Caso a empresa não apresente a declaração com a assinatura do contador, será concedido a critério da Pregoeira o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar de declarado vencedor do certame para que a empresa substitua o documento.

(Esta declaração deve ser SOMADA a documento da Junta Comercial ou outro documento equivalente comprovando o enquadramento.)